

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Concorrência nº 004/2015 - Comunicado 02

Atos Financeiros

- Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre/2015 02

Atos Legislativos

- Projeto de Decreto Legislativo nº 015 e 016/2015 04

- Indicações 076 a 082/2015 05

- Memorando nº 015/2015 - Gab. Dep. Brito Bezerra 08

- Ofício Circular nº 001/2015 10

Atas Plenárias

- Ata da 2398ª Sessão Ordinária - Sucinta 10

- Ata da 2399ª Sessão Ordinária - Sucinta 11

Atas Comissões

- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final 11

- Reunião Conjunta das Comissões Permanentes 11

- Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos 12

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - ATOS DA CPL
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL
 CONCORRÊNCIA SRP Nº 004/2015
 COMUNICADO**
PROCESSO: 0044/ALE/2014

NATUREZA: CONCORRÊNCIA SRP nº 004/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de recarga/manufatura de cartuchos e toners para impressoras, para atender a ALE/RR, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima através da Comissão Permanente de Licitação, vem informar aos interessados que, após o transcorrido o prazo legal para interposição de recurso contra o julgamento de habilitação e sem haver manifestação das empresas participantes do certame a data da sessão de abertura dos envelopes de proposta de preço do processo em epígrafe será no dia **22 de Maio de 2015, às 09:00 horas**, Sala de Reuniões da CPL, localizada na Av. N. Sra. da Consolata, Nº 897, Centro, em Boa Vista-RR, CEP: 69301-011 - Boa Vista-RR.

Boa Vista-RR, 20 de Maio de 2015.

Verona Sampaio Rocha Lima
 Presidente / CPL

ATOS FINANCEIROS
ALE/DIFIN/MEMO Nº 042/15

Boa Vista-RR, 19 de maio de 2015

Excelentíssima Senhora

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR

Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária deste Poder Legislativo, referente ao 2º bimestre de 2015, para Publicação no Diário da Assembleia, conforme quadro anexo.

Cordialmente,

Francisco Carmozildo H. de Araújo.
 Gerente de Orçamento

**PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO: 2014 / BIMESTRE: MARÇO—ABRIL/2014**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

RS (reais)1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	150.344.975,00	156.344.975,00	—	—	—	—	156.344.975,00
TRANFERÊNCIAS CORRENTES	150.344.975,00	156.344.975,00	—	—	—	—	156.344.975,00
Transferências Intragovernamentais	150.344.975,00	156.344.975,00	—	—	—	—	156.344.975,00
			—	—	—	—	
RECEITAS DE CAPITAL	5.600.000,00	5.600.000,00	—	—	—	—	5.600.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.600.000,00	5.600.000,00	—	—	—	—	5.600.000,00
Transferências Intragovernamentais	5.600.000,00	5.600.000,00	—	—	—	—	5.600.000,00
			—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	155.944.975,00	161.944.975,00	—	—	—	—	161.944.975,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	155.944.975,00	161.944.975,00	—	—	—	—	161.944.975,00

DESPEASAS	PREVISÃO ANUAL		DESPEASAS EMPENHADAS		DESPEASAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/b)	
DESPEASAS CORRENTES	150.344.975,00	150.344.975,00	8.053.008,20	120.047.545,09	19.876.255,70	48.382.427,93	32	101.962.547,07
Pessoal/Encargos Sociais	51.538.292,00	57.538.292,00	0,00	49.659.433,81	8.001.128,90	23.481.641,59	40,80	34.056.650,41
Outras Despesas Correntes	98.806.683,00	98.806.683,00	8.053.008,20	70.388.111,28	11.875.126,80	24.900.786,34	25,20	73.905.896,66
DESPEASAS DE CAPITAL	5.600.000,00	5.600.000,00	132.816,40	279.360,40	145.600,00	145.600,00	2,60	5.454.400,00
Investimentos	5.600.000,00	5.600.000,00	132.816,40	279.360,40	145.600,00	145.600,00	2,60	5.454.400,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPEASAS (I)	155.944.975,00	161.944.975,00	8.185.824,60	120.326.905,49	20.021.855,70	48.528.027,93	30,00	113.416.947,07
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	155.944.975,00	161.944.975,00	8.185.824,60	120.326.905,49	20.021.855,70	48.528.027,93	30,00	113.416.947,07

FONTES:THEMA e FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2014 / BIMESTRE: MARÇO – ABRIL/2014

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	155.944.975,00	161.944.975,00	8.185.824,60	120.326.905,49	20.021.855,70	48.528.027,93	30,00
Ação Legislativa	155.944.975,00	161.944.975,00	8.185.824,60	120.326.905,49	20.021.855,70	48.528.027,93	30,00
TOTAL	155.944.975,00	161.944.975,00	8.185.824,60	120.326.905,49	20.021.855,70	48.528.027,93	30,00

FONTES:THEMA e FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
 Presidente da Assembléia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
 Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
 Controladora Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2014 / BIMESTRE:MARÇO—ABRIL/2014

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º - Anexo I)

R\$ (reais) 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
Transferências Intragovernamentais	60.000,00	60.000,00	—	—	—	—	60.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
Transferências Intragovernamentais	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	246.844,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	306.844,00
DÉFICIT (II)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	306.844,00

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (b-f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (b)	No Bimestre (c)	Até o Bimestre(d)	No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/b)	
DESPESAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Pessoal/Encargos Sociais	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	—	246.844,00
Investimentos	246.844,00	246.844,00	—	—	—	—	—	246.844,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (I)	306.844,00	306.844,00	—	—	—	—	—	306.844,00
SUPERÁVIT (II)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (I) + (II)	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306.844,00

FONTES:THEMA e FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
 Presidente da Assembléia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
 Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
 Controladora Geral ALE/RR

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
FUNDO ESPECIAL DO PODER LEGISLATIVO - FUNESPLE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO: 2014 / BIMESTRE: MARÇO – ABRIL/2014

R\$ (reais) 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total a)
LEGISLATIVA	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	306.844,00	306.844,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES:THEMA e FIPLAN- Gerência de Contabilidade/ALE

Obs: Valores sujeito a alterações.

Dep. Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembléia Legislativa

Tatiane Rodrigues Bezerra de Andrade
Diretora Financeira

Cristiane Romênia Fonseca de Almeida
Controladora Geral ALE/RR

ATOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/15

"Aprova o nome do Senhor **Elias Augusto de Lima Silva** para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM".

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor **Elias Augusto de Lima Silva**, para ocupar o Cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima - IPEM, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antônio Martins, 14 de maio de 2015.

Deputado César Picanço
Presidente da Comissão

Deputado Odilon Filho
Vice-Presidente

Deputado Masamy Eda
Relator

Deputado Dilego Coelho
Membro

Deputado Zé Galeto
Membro

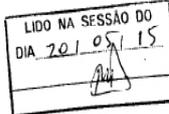
SECRETARIA LEGISLATIVA – GERÊNCIA DAS COMISSÕES

PABX (99) 4000-5500 – Ramais 4000-5670 / 5980 / 5971
Palácio Antônio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

GABINETE DA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2015.

Instituir o Disk Denúncia de maus tratos, abandono ou qualquer outra forma de violência contra crianças, adolescentes e idosos, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica instituído no Estado de Roraima, o Disk Denúncia da Criança, do Adolescente e do Idoso, que permitirá à população em geral encaminhar denúncias, reclamações ou representações que envolvam maus tratos, abandono ou qualquer outra forma de violência contra criança, adolescente e idoso.

Art. 2º - As denúncias, reclamações e representações serão recebidas em caráter sigiloso e encaminhadas aos Conselhos Tutelares do Estado e dos Municípios, de acordo com a sua circunscrição ou instituições oficiais e autônomas, encarregadas de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, instituído pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e pelo Estatuto do Idoso.

Art. 3º - Os estabelecimentos de ensino Estadual, Municipal, Unidades Básicas de Saúde e Segurança Pública, deverão manter afixados, em locais visíveis, cartazes contendo os telefones do Disk Denúncia da Criança, do Adolescente e do Idoso, bem como seus endereços físico e eletrônico.

Art. 4º - O Programa Disk Denúncia, da Criança, do Adolescente e do Idoso, funcionará no Centro Humanitário de Apoio a Mulher – CHAME, pela Central Telefônica (0800...).

Art. 5º - As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão a conta das dotações orçamentárias e suplementares da Assembleia Legislativa.

Art. 6º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Saia das sessões, de 2015.

Aurelina Medeiros
Deputada Estadual – PSDB


 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo trata do Disk Denúncia de maus tratos, abandono ou qualquer outra forma de violência contra criança, adolescente e idoso, é um complemento a Ação Social do Estado e dos Municípios, relativos à convivência de nossa sociedade e com isso procurando melhorar os tópicos de nossa comunidade. O Disk Denúncia a Criança, Adolescente e Idoso é um serviço de discagem direta e gratuita, disponibilizado a toda a população do Estado. Todas as demandas são encaminhadas às autoridades competentes com sigilo absoluto aos diversos entes do Estado e Municípios.

Nos dias de hoje, ainda encontramos barreiras que impossibilitam a denúncia de maus tratos e violência contra Crianças, Adolescentes e Idosos em situação de risco. Um projeto como este, aproxima o indivíduo do cumprimento da Lei, pois possibilita que o mesmo haja em favor dos mais fracos, corrigindo e até evitando os maiores danos contra os indefesos, como as nossas crianças, adolescentes e idosos. Assim, entendemos que podemos construir respostas eficazes às diversas violências sofridas por esse público alvo.

 Palácio Artúrio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - PAZV (96) 3621-4000 - Telefax: (96) 3623 - 0633 / 3623 - 9409
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - ALE-RR na internet: www.ale.rr.gov.br

INDICAÇÕES


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

INDICAÇÃO Nº 036/2015

 LIDO NA SESSÃO DO
 DIA 19/05/15

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa excelência, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora a seguinte indicação:

- Reformulação da Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Roraima, inclusive com a readequação e criação de novos cargos e funções e nova denominação.

Justificativa

A Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima deixou de executar várias ações com a criação de instituições específicas - ITERAIMA, ADERR, FEMAH- sem que sua estrutura fosse readequada para atender as novas atribuições executadas atualmente.

É necessária adequá-la para atender outras demandas e a nova realidade do Estado - fomentar a produção, incentivos fiscais e ações de apoio como mecanização, irrigação e abastecimento dentre outras, com a finalidade de fazer fluir o potencial agrícola do Estado.

Sala das sessões, Maio de 2015.

 Aurelino Monteiro
 Deputada estadual


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

PROJETO DE LEI DE DE DE 2015.

Dispõe sobre a criação de Cargos Comissionados e Funções de Assistência Intermediária para a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Produção Agropecuária e da outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e seguinte lei:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento - SEAPA, criada pela Lei nº 001, de 26 de janeiro de 1991, Reestruturada pela Lei nº 499/2005, passa a denominar-se Secretaria de Estado da Produção Agropecuária - SEPAGRO.

Art. 2º - Ficam criados cento e quarenta e seis Cargos Comissionado e Funções de Assistência Intermediária para atender a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, conforme anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Os cargos ora criados passam a integrar a tabela de nomenclatura e remuneração dos Cargos Comissionado e Função de Assistência Intermediária constantes dos anexos I, II, III, IV e VI da lei nº 332 de 22 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a alteração da tabela de Cargos Comissionados do Anexo I e valores da tabela de Remuneração do Anexo II, constante da Lei Delegada nº 01, de 16 de janeiro de 2003, se Códigos/Padrões CDI e FAI, constantes da Lei 068, de 18 de abril de 1994, e do Anexo Único da Lei nº 474, de 26 de janeiro de 2005 e da outras providências.

Art. 4º - Ficam extintos cento e trinta e cinco Cargos Comissionado e Funções de Assistência Intermediária da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento constantes do Anexo II da Lei nº 068, de 18 de abril de 1994, que institui o Plano de Cargos e Salários (PSC) dos servidores do Poder Executivo e dos grupos Magistérios, Polícia Civil e Fisco Estadual, nos Termos da Lei Complementar de nº 004/94, com a entrada em vigor desta Lei.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a contar de dotações Orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Produção Agropecuária.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos de de 2015.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS E REMUNERAÇÃO

CODIGO	CARGO	QUANT	REMUNERAÇÃO	TOTAL
SUBSIDIO	SECRETÁRIO	1	23.175,00	23.175,00
SUBSIDIO	SECRETÁRIO ADJUNTO	2	16.222,00	32.444,00
CNETS I	CONSULTORIA TÉCNICA I	2	6.667,07	13.334,14
CNETS II	CONSULTORIA TÉCNICA II	3	4.000,24	12.000,72
CNES I	CORDENADORIA	1	5.715,70	5.715,70
CNES II	GERÊNCIAS	26	4.984,72	129.602,72
CNES III	CHEFE DE GABINETE	1	4.000,24	4.000,24
CNES III	PRESIDENTE DE CSL	1	4.000,24	4.000,24
CNES III	PREGOEIRO	2	4.000,24	8.000,48
CNES IV	CORDENADORIA REGIONAL	15	3.115,45	46.731,75
CNES IV	ASSESSORIA	5	3.115,45	15.577,25
CNES IV	MEMBRO CSL	2	3.115,45	6.230,90
CDS I	NUCLEOS	17	2.492,36	42.370,12
CDS II	CHEFE DE SETOR	7	2.000,13	14.000,91
FAI I	SECRETÁRIA DE GABINETE	11	554,36	6.097,96
FAI II	SECRETÁRIA DE GERÊNCIA	26	400,50	10.413,00
FAI II	SECRETÁRIA DE NÚCLEO DE SETOR	24	400,50	9.612,00
TOTAL GERAL		146		383.307,13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



DECRETO Nº DE DE DE 2015.

Approva a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Produção Agropecuária, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe conferem no Art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e

CONSIDERANDO disposto no Art. 36, 45, 46 e 80, da Lei nº 498, de 19 de julho de 2005, que "Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Administração Pública e dá outras providências, em particular no que se refere a desconcentração, ao desdobramento de cada Secretaria do Estado, lotação de cargos em comissão, à denominação de cargos e critérios de aplicação de níveis hierárquicos e, por fim, às adaptações necessárias a promoção da movimentação de servidores;

CONSIDERANDO a Lei nº 499, de 19 de julho de 2005, que dispõe sobre a Reorganização Administração do Estado, em especial nos seus artigos 3º que trata dos níveis de estruturação das Secretarias de Estado; art. 11 que compreende a estrutura organizacional básica do Poder Executivo; art. 32 que discorre sobre as competências da Secretaria do Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento e o art. 68 que concede ao Chefe do Poder Executivo o poder de baixar atos necessários à reorganização administrativa do Estado.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a Estrutura organizacional e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Secretaria de Estado da Produção Agropecuária na forma dos anexos I e II partes integrantes deste Decreto.

Art. 2º - A Secretaria de estado de Produção Agropecuária tem a seguinte estrutura organizacional.

I - Nível de Administração Superior

- a) Secretário de Estado da Produção Agropecuária

II - Nível de Gerência Superior

- a) Secretário Adjunto de Fomento
b) Secretário Adjunto de Operações



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

**III - Nível de Assessoramento**

- a) Gabinete
b) Consultoria Técnica I
c) Consultoria Técnica II
d) Coordenadoria Regional
e) Comissão Setorial de Licitação
f) Assessoria de Tecnologia da Informação
g) Assessoria de Comunicação
h) Assessoria Especializada

IV - Nível de Execução Instrumental

- a) Coordenadoria de Administração e Finanças
1. Gerência de Planejamento
1.1 Núcleo de Planejamento Governamental
1.2 Núcleo de Elaboração de Planos e Projetos
2. Gerência de Administração
2.1 Núcleo de Elaboração de Processos
2.2 Núcleo de Elaboração de Empenho
2.3 Núcleo de Serviços Gerais
2.4 Núcleo de Administração de Prédios
3. Gerência de Recursos Humanos
3.1 Núcleo de Serviços Terceirizados
3.2 Núcleo de Estágio
3.3 Núcleo de Promoção e Programação Funcional
4. Gerência de Orçamento e Finança
4.1 Núcleo de Execução Orçamentária
4.2 Núcleo de Capacitação de Recursos
5. Gerência de Transporte
5.1 Setor de Garagem
5.2 Setor de Oficina
5.3 Setor de Máquinas Agrícolas
5.4 Setor de Abastecimento
5.5 Setor de Cargas
6. Gerência de Patrimônio
6.1 Núcleo de Almoxarifado
6.2 Núcleo de material e Patrimônio
7. Gerência de Convênios
7.1 Núcleo de Abertura de Processo
7.2 Núcleo de Prestação de Contas

V - Nível de Execução Programática

- a) Secretaria Adjunta de Fomento
1. Gabinete
2. Assessorias



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



3. Gerências
3.1 Horticultura
3.2 Fruticultura
3.3 Piscicultura
3.4 Avicultura
3.5 Apicultura
3.6 Grandes Animais
3.7 Pequenos Animais
3.8 Produção de Sementes e Mudas
3.9 Agricultura Empresarial
3.9.1 Núcleo de Desenvolvimento da Pecuária
3.9.2 Núcleo de Desenvolvimento da Agricultura
3.10 Agricultura Familiar
3.11 Agricultura Indígena
b) Secretaria Adjunta de Operações
1. Gabinete
2. Assessoria
3. Gerências
3.1 Mecanização
3.2 Irrigação
3.3 Incentivos Fiscais
3.4 Infraestrutura Agrícola
3.5 Máquinas e Equipamentos
3.6 Insumos Agrícolas
3.7 Crédito Rural
3.8 Abastecimento e Comercialização
3.8.1 Setor de Administração de feiras
3.8.2 Setor de Compra da Produção

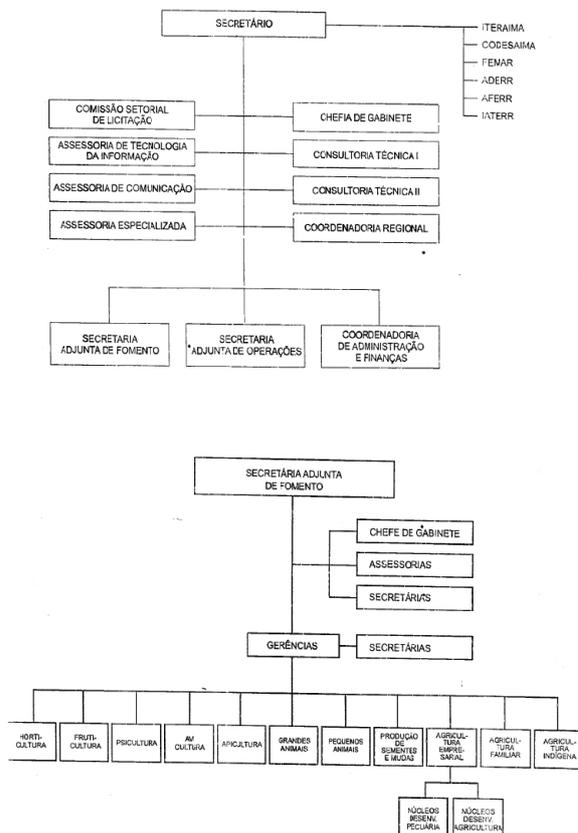
Art. 3º O regimento interno definirá o detalhamento das unidades integrantes da estrutura organizacional da secretaria de Estado da produção Agropecuária, suas competências e atribuições de seus dirigentes.

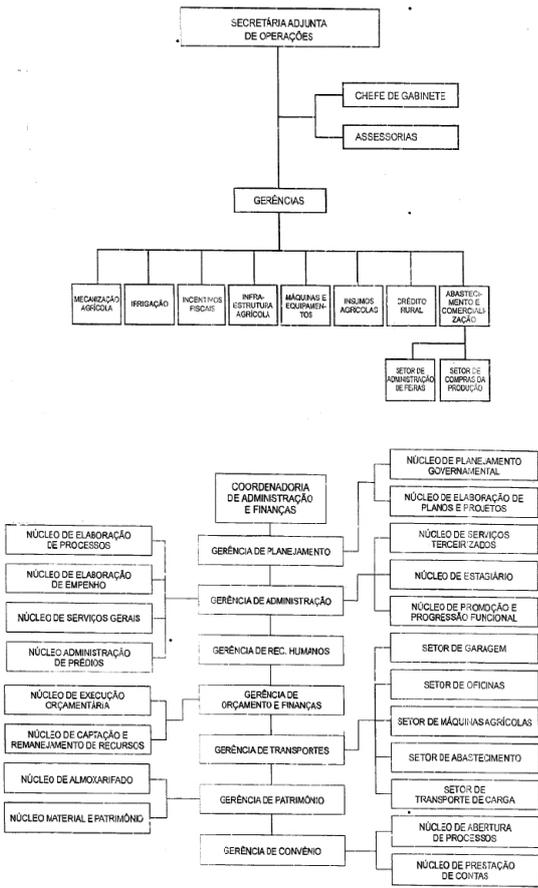
Art. 4º O regimento interno será aprovado por ato do Governador do estado no prazo de 90 (noventa) dias, contado a data da publicação deste ato.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos de de 2015.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

INDICAÇÃO Nº 072/2015

LIDO NA SESSÃO DO DIA 19/05/15

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

"Solicita construção da quadra de esporte da Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí".

JUSTIFICATIVA

A escola não dispõe de espaço para realização de aulas de educação física e prática esportiva. A construção da quadra de esporte é aguardada com ansiedade pela população daquela Vila, pois muitos jovens que praticam esporte podem estar sendo desviado para o mundo das drogas pela falta de um espaço público para atividades esportivas e de lazer. Sem isso, uma vez ocioso, a tendência é que procurem outros meios ou formas de extravasar toda a energia acumulada, característica desta fase da vida.

Além de melhorar a saúde, a prática de atividades esportivas é importante para garantir avanços sociais e econômicos ao cidadão. A população da Vila espera que seus anseios sejam correspondidos com a construção dessa quadra poliesportiva.

Sala das sessões, de de 2015

Aurelino Medeiros
Deputada estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

INDICAÇÃO Nº 078/2015

LIDO NA SESSÃO DO DIA 19/05/15

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

"Solicita a reforma e ampliação da Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí".

JUSTIFICATIVA

A Escola Nova Esperança, atende atualmente, um número considerável de estudantes do ensino fundamental e médio, nos períodos diurno e noturno. No entanto, sua infraestrutura está comprometida necessitando de uma ampla reforma para voltar a oferecer condições dignas de trabalho aos professores e ambiente confortável aos alunos. Com as fortes chuvas de inverno a tendência é piorar. Devido às ventanias, algumas telhas acabaram se afastando deixando espaço para entrar água da chuva. A escola conta hoje com uma série de problemas que muitas vezes impossibilita a realização de aulas, que causam desconforto à comunidade estudantil. Esperando contar com a compreensão de Vossa Excelência, peço que atenda este pleito com a brevidade possível.

Sala das sessões, de de 2015.

Aurelino Medeiros
Deputada estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

INDICAÇÃO Nº 079/2015

LIDO NA SESSÃO DO DIA 20/05/15

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

"Reforma, em caráter de urgência, no Ginásio Poliesportivo Galdino Vieira, na Sede do Município do Cantá"

JUSTIFICATIVA

O Ginásio Poliesportivo Galdino Vieira é o único local oficial que o município dispõe para a realização de eventos e práticas desportivas para jovens e adultos, bem como para atividades de lazer. Queremos ressaltar que a prática de atividades esportivas é importante para garantir avanços sociais e econômicos ao cidadão.

Sala das sessões, de de 2015.

Aurelino Medeiros
Deputada estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



INDICAÇÃO Nº 030 /2015

LIDO NA SESSÃO DO
DIA 20 / 05 / 15
A4

A Parlamentar que a esta subscrive, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suelcy Campos, a seguinte indicação:

"Solicita a inclusão no cronograma de obras do Governo do Estado para este ano, a construção de uma escola de ensino fundamental e médio no Bairro Cidade Satélite".

JUSTIFICATIVA

O Bairro Cidade Satélite é uma das comunidades com maior índice populacional de Boa Vista e com uma grande demanda de estudantes do ensino médio. No bairro existem vários conjuntos habitacionais populares e sua população é formada por maioria de jovens. Apesar dos números, o bairro ainda não conta com escola de ensino médio para atender a demanda, o que faz com que muitos estudantes, recorram a escolas em bairros distantes para dar continuidade em seus estudos. Os alunos do turno da noite são os mais prejudicados, dado as dificuldades de transporte, iluminação pública precária e as fortes chuvas de inverno. A distância do Cidade Satélite para as escolas de outros bairros, a deficiência de ônibus e lotação, a falta de segurança nas ruas, e mesmo a falta de estímulo, são os que mais contribuem para a evasão escolar, que ocorre quando o aluno deixa de frequentar aula, caracterizando o abandono da escola durante o ano letivo. A ausência da oferta de escolas às comunidades nos bairros mais afastados é a negação do direito ao acesso à educação. Por estas e outras razões, é que pedimos o atendimento a esta indicação.

Sala das sessões, de de 2015.

Aurelina Medeiros
Deputada estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RORAIMA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



INDICAÇÃO Nº 062/2015

LIDO NA SESSÃO DO
DIA 20 / 05 / 15
A4

A Parlamentar que a esta subscrive, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suelcy Campos, a seguinte indicação:

"Recuperação da ponte sobre o Rio Cachorro, na Vicinal 04, Confaça III, que dá acesso ao Projeto União, em caráter de emergência".

JUSTIFICATIVA

O Projeto União, tem como única via de acesso para a BR-432 a referida vicinal onde está inserida a citada ponte, inclusive para o transporte dos alunos do ensino fundamental e médio que estudam na Vila Feliz Pinto. O projeto é composto de cerca de 10 vicinais e a interdição da ponte isola totalmente o acesso das pessoas.

Sala das sessões, de de 2015.

Aurelina Medeiros
Deputada estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RORAIMA

MEMORANDOS RECEBIDOS

Dep. Brito
Bezerra

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA



GAB/MEMO Nº 015/2015

LIDO NA SESSÃO DO
DIA 19 / 05 / 15

PLC nº 020/11

Boa Vista-RR, 11 de março de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual Jalsen Renier Padilha
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, solicito a Vossa Excelência que autorize o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 020/2011, que "Autoriza o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar nº 59 de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica", nos termos do §1º do art. 171, do Regimento interno desta Casa de Leis

2. Certos de Vosso entendimento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Francisco José Brito Bezerra
Deputado Estadual

*La Suelcia
para expediente*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RORAIMA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RORAIMA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RORAIMA


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Of.004/2015-CCJ

Palácio Antônio Martins, 02 de março de 2015.

 Excelentíssimo Senhor
Brito Bezerra
 Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Deputado,

Cumprimentando-o, cordialmente, informamos a Vossa Excelência que o **Projeto de Lei Complementar n.º 020/2011**, de vossa autoria, que "Autoriza o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar n.º 59 de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica.", foi arquivado termos do art. 171, do Regimento Interno deste Poder, por não constar nos autos, pronunciamento desta Comissão.

Outrossim, informamos que Vossa Excelência poderá requerer desarquivamento nos termos do §1º do art. 171, do Regimento Interno.

Atenciosamente,

George Siqueira
 Presidente da Comissão

 PALÁCIO ANTÔNIO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 Praça do Centro Cívico, 202 - Fone: (93) 4008-9000 - Faxes: 4008-5070/1987/1988
 CEP: 69.091-900 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.alro.rr.br

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
 A Força do Povo

GABINETE DEPUTADO BRITO BEZERRA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/11

LIDO NA SESSÃO DO
 DIA 05/03/11

"Autoriza o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar n.º 59 de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as alíquotas do ICMS nas operações que indica."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar nova redação ao art. 32, I, da Lei Complementar n.º 59, de 28 de dezembro de 1993, passando a vigor com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 32

I -

b) 7% (sete por cento) nas operações internas, para as mercadorias que compõem a cesta básica roraimense, a seguir indicadas (Convênio ICMS nº 128/94), ressalvados os casos em que estas forem isentas: (NR)

1. arroz;
2. feijão;
3. bolachas água e sal; (AC)
4. café moído ou torrado; (AC)
5. açúcar; (AC)
6. farinha e fécula de mandioca;
7. farinha e amido de milho; (AC)
8. farinha de trigo; (AC)

Palácio Antônio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - Fone: (93) 4001-4000 - Telex: (93) 3023 - 3023 - 9400


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
 A Força do Povo

9. macarrão tipo espagete; (AC)
 10. leite em pó integral; (AC)
 11. sal de cozinha; (AC)
 12. margarina vegetal embalagem até 500g; (AC)
 13. óleo comestível de soja; (AC)
 14. frutas regionais;
 15. hortícolas em estado natural;
 16. milho;
 17. fubá de milho;
 18. ovos;
 19. peixes de água doce;
 20. frango, em estado natural ou resfriado; (NR)
 21. gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino e produtos comestíveis resultantes de sua matança, em estado natural, resfriados ou congelados; (NR)
 22. pão de fabricação interna até 200 g; (AC)
 23. iogurtes; (AC)
 24. sucos naturais ou industrializados; (AC)
 25. Aciocolado; (AC)
 26. sabão em barra; (AC)
 27. sabão em pó; (AC)
 28. creme dental; (AC)
 29. papel higiênico; (AC)
 30. fralda descartável. (AC)
- c) 12% (doze por cento) para as seguintes mercadorias: (NR)

1. produtos cerâmicos artesanais;

Palácio Antônio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - Fone: (93) 3021-4000 - Telex: (93) 3023 - 3023 - 9400


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
 A Força do Povo

2. insumos modernos, defensivos agropecuários, bem como ferramentas agrícolas;

- d) 17% (dezesete por cento) para as demais mercadorias e serviços; (AC)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de agosto de 2011.

BRITO BEZERRA
 DEPUTADO ESTADUAL

Palácio Antônio Martins - Praça do Centro Cívico, 202 - Fone: (93) 3021-4000 - Telex: (93) 3023 - 3023 - 9400


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 155, inciso I, § 2º, XII, alínea "g" dispõe que cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, bem como a Constituição do Estado de Roraima ao tratar da Política de Incentivos em seu art. 109, parágrafo único, que dispõe que "no que se refere ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, as isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados na forma prevista em Lei Complementar editada com fundamento no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal".

Essa Lei Complementar Federal é a de nº 24 de 07 de Janeiro de 1975 e dispõe que as isenções sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que é o órgão responsável por promover a celebração dos convênios para a concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, em 20 de outubro de 1994 celebrou o Convênio ICMS nº 128/94 disposto sobre o tratamento tributário para as operações com as mercadorias que compõe a cesta básica, autorizando os Estados e o Distrito Federal a estabelecerem a carga tributária mínima de 7% (sete por cento) nas vendas internas de tais mercadorias.

Em decorrência desse convênio, vários Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, Maranhão e Acre expediram decretos definindo os componentes de suas respectivas cestas básicas, bem como alteraram seus regulamentos de ICMS e reduziram a alíquota dessas mercadorias para 7% (sete por cento) e 12% (doze por cento) em suas operações internas diminuindo, com isso, o alto custo desses produtos para população e, conseqüentemente, aumentando o seu poder de compra.

O Estado de Roraima, na época da celebração do Convênio nº 128/94 não expediu nenhum decreto ratificando ou não a sua adesão no prazo disposto pelo art. 4º da Lei Complementar Federal nº 24/75, o que, segundo esta Lei, importaria em aceitação tácita.

Palácio Antônio Martins - Praça do Carmo Cívico, 202 - PALEX (96) 3621-4000 - Telef.: (96) 3623-0023 / 3623-9409


 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

Apesar de não possuir uma definição de quais produtos compõem sua cesta básica, o Estado já adota para alguns produtos que seriam próprios de uma cesta básica padrão como por exemplo, arroz, feijão, farinha de mandioca, ovos, dentre outras, a alíquota de 12% (doze por cento) nas operações internas, conforme o art. 32, I, alínea "b" da Lei nº 59, de 28 de dezembro de 1993 - Código Tributário Estadual, no entanto, para os produtos não constantes no rol do art. 32, I, alínea "b", a alíquota adotada é a de 17% (dezesete por cento).

Diante disso, a presente Proposição visa autorizar o Poder Executivo a dar nova redação ao art. 32, I, do Código Tributário Estadual, aumentando o rol dos produtos que passariam a compor a cesta básica roraimense e para os quais seja concedida a redução da alíquota do ICMS para 7% (sete por cento) em suas vendas internas, conforme dispõe o Convênio ICMS nº 128/94.

Palácio Antônio Martins - Praça do Carmo Cívico, 202 - PALEX (96) 3621-4000 - Telef.: (96) 3623-0023 / 3623-9409

OFÍCIOS RECEBIDOS

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

 SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES.
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA AS COMISSÕES.
 COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
 TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.

OFÍCIO CIR/Nº 001/2015

Palácio Antônio Martins, 20 de maio de 2014.

Senhor(a) Deputado(a)

Cumprimentando-o, cordialmente, comunicamos a Vossa Excelência que está aberto o prazo para a apresentação de Emendas, ao Projeto de Lei nº 024/15, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências", no período de 21/05/15 à 30/05/14, conforme preceitua o § 2º do art. 260 do Regimento Interno deste Poder.

Outrossim, informamos que a Diretoria de Orçamento e Planejamento encontra-se disponível para assessoramento dos Senhores Deputados.

Atenciosamente,

 Dep. Coronel Chagas
 Presidente da Comissão

 SECRETARIA LEGISLATIVA - GERÊNCIA DAS COMISSÕES - PALÁCIO ANTÔNIO MARTINS
 Praça do Carmo Cívico, 202 - PALEX (96) 4009-5000 - Roraima: 4009-5670 / 5671 / 5669
 CEP: 66.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.roraima.br

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO NONO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo nono Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, convidou à Senhora Deputada **Angela Águida Portella** para atuar como Primeira Secretária Ad hoc. Em seguida, solicitou à Senhora Primeira-Secretária que fizesse a verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Izaías Maia**, que fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memo. Nº 038 de 13/05/2015, do Deputado Marcelo Cabral, informando a sua ausência na Sessão Ordinária dia 14/05/2015. Memo. Nº 0080 de 13/05/2015, do Deputado Naldo da Loteria, informando a sua ausência na Sessão Ordinária dia 14/05/2015. **DIVERSOS:** Ofício Nº 135 de 08/05/2015, da Superintendência Regional de Roraima/Gerência Executiva de Governo Boa Vista - Caixa, comunicando o Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União, 4ª Etapa. Ofício Nº 136 de 08/05/2015, da Superintendência Regional de Roraima/Gerência Executiva de Governo Boa Vista - Caixa, comunicando o Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União, 5ª Etapa. Ofício Circular Nº 222 de 23/04/2015, da UNALE, convidando o Presidente da ALE-RR para participar da Solenidade de Lançamento da XIX Conferência Nacional da Unale, em 11 de maio do corrente ano. Ofício Nº 264 de 06/05/2015, da Associação dos Antigos Policiais Cívicos e Servidores do Ex-Território Federal de Roraima, solicitando à Criação de uma Comissão Estadual de Acompanhamento ao Enquadramento dos Servidores na Emenda Constitucional 79. Comunicado Nº AL084975 de 28/04/2015, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando a(s) liberação(ões) de recursos financeiros. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** Não houve. Atendendo ao Requerimento

nº 033/15, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Angela Águida Portella, aprovado anteriormente, o Senhor Presidente transformou a presente Sessão em Comissão Geral, oportunidade em que esta Casa estará discutindo, com autoridades, diagnósticos do quadro atual da dependência química em Roraima, prevenção, atendimento, tratamento e criação de política pública". Alcançada a finalidade da Comissão Geral, o Senhor Presidente retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício, encerrou a Sessão e convocou outra para o dia 19 de maio, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira.** Aprovada em: 19/05/2015

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO NONO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezoito de maio de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo nono Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Masamy Eda**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 023, de 15/05/15, encaminhando, para apreciação, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 14/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a reformulação da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Roraima - SEAPA, inclusive, com readequação e criação de novos cargos, funções e nova denominação; Indicação s/nº, de 18/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a construção da quadra de esporte da Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí; Indicação s/nº, de 18/05/15, da Deputada Aurelina Medeiros, solicitando ao Governo do Estado a reforma e ampliação da Escola Nova Esperança, situada na Vila Samaúma – Município de Mucajaí; Memorando nº 015, de 11/03/15, do Deputado Brito Bezerra, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 020/11; Memorando nº 026, de 16/04/15, do Deputado Brito Bezerra, solicitando que seja acrescido ao nome da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, o termo "SERVIÇOS"; Memorando nº 027, de 13/05/15, da Deputada Ângela Á. Portella, comunicando que estará ausente à Sessão Plenária do dia 13/05/2015; Requerimento s/nº, de 15/04/15, da Deputada Ângela Á. Portella, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social, requerendo a disponibilidade do Plenário, Deputada Noêmia Bastos Amazonas, no dia 18/05/15, para realização de Audiência Pública; Requerimento s/nº, de 22/04/15, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que o Projeto de Resolução Legislativa nº 004/15, seja apenso ao Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15. Requerimento s/nº, de 19.05.15, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando que a Sessão Ordinária do dia 20.05.15, seja transformada em Comissão Geral, ocasião em que esta Casa homenageará os Defensores Públicos do Estado. **DIVERSOS:** Ofício Circular nº 05/15, de 11/05/15, do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Roraima – COEGEMAS, convidando o Presidente desta Augusta Casa, para participar do Ato Político em Defesa do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, no sentido de agendar com a Governadora do Estado para que cada ente federado cumpra seu papel, tendo em vista a seguridade do Pacto Federativo; Ofício nº 921, de 16/04/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando, ao Presidente desta Augusta Casa, os exemplares do Relatório Final e do Relatório Parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito; Ofício Circular nº 036, de 28/04/15, da Câmara dos Deputados – Brasília/DF, comunicando que o Deputado Átila Lins assumiu a Pasta da Secretaria de Relações Internacionais, da Câmara dos Deputados; Ofício nº 043, de 03/03/15, da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, encaminhando o Manifesto nº 001/15; Ofício nº 005, de 11/05/15, do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA, apresentando como Presidente Interino do Instituto, o Senhor Alysso Rogers Soares

Macedo; Ofício nº 301, de 12/05/15, da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA, solicitando um representante desta Augusta Casa, para participar do segundo sorteio de seleção e hierarquização do restante do cadastro atualizado do Programa "Minha Casa Minha Vida", Empreendimento Vila Jardim; Ofício nº 010, de 14/05/15, da Escola Estadual Ana Libória, solicitando exemplares da Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e Sistema Tributário Nacional; Ofício Circular nº 08; de 15/05/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, comunicando a oficialização de greve daquela categoria; Ofício nº 811, de 28/04/15, do Conselho Federal de Administração, comunicando que, entre os cargos a serem criados no PCCS do Ministério Público do Estado, não consta o de Administrador, motivo pelo qual vem pleitear que seja considerado o presente pedido. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** Não houve. Atendendo ao Requerimento nº 025/15, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Ângela Á. Portella, aprovado anteriormente, o Senhor Presidente transformou a Sessão em Audiência Pública, oportunidade em que esta Casa tratou sobre o enfrentamento ao abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes no Estado de Roraima. Alcançada a finalidade da Comissão Geral, o Senhor Presidente retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício, Deputada Ângela Á. Portella, encerrou a Sessão e convocou outra para o dia 20 de maio, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.** Aprovada em: 20/05/2015

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2015

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às oito horas e vinte, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Coronel Chagas, Oleno Matos, Aurelina Medeiros e Brito Bezerra e Lenir Rodrigues. Ausente o Senhor Deputado Jorge Everton. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento verbal da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Projeto de Resolução Legislativa nº 007/2015, de autoria da Mesa Diretora que "Dispõe sobre Lotação e Responsabilidade do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa e dá outras providências." O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para relatar a Proposição. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que a Senhora Relatora emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos a Matéria acima epigrafada e a incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia:** Projeto de Resolução Legislativa nº 007/2015. Relatora: Deputada Lenir Rodrigues. Parecer: Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às oito horas e trinta e três. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo

Presidente da Comissão

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2015

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às dez horas e quinze minutos, no Plenário, Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, sob a Presidência do Senhor Deputado George Melo, Presidente da Comissão de Constituição,

Justiça e Redação Final, conforme preceituam os artigos 50, 56 e 265 do Regimento Interno desta Casa de Leis. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, sendo constatada a presença de 16 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Continuando, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal da Senhora Deputada Lenir Rodrigues foi dispensada a leitura, cujo teor já ser do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a Questão de Ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na reunião. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos: **1) Projeto de Lei 006/2015**, de autoria da **Defensoria Pública do Estado de Roraima**, que “fixa o índice de Revisão Geral Anual preceituado no art. 37, X, da CF/88, exercício 2015, para as remunerações, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima”. Senhor Presidente no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para relatar a matéria acima epigrafada e suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que a Senhora Relatora emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na em pauta a Proposição analisada pela Senhora Relatora, o qual a fez constar na ordem do dia da Comissão. **Ordem do Dia:** **1) Projeto de Lei nº 039/2014**, de autoria da Senhora Deputada Angela Águda Portella, que “institui o Dia do Conselheiro Tutelar, no âmbito do Estado de Roraima.” Relator: Deputado Coronel Chagas. Parecer: favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer favorável do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião; **2) Projeto de Lei nº 006/2015**, Relator: Deputado Coronel Chagas. Parecer: favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer favorável do Senhor Relator foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. E, para constar, eu, Mírele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E
 SERVIÇOS PÚBLICOS**
 REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
 22 de abril de 2015

Ao dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões Deputada Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente à Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos, sob a Presidência do Senhor Deputado **Jorge Everton**, com a presença dos Senhores Deputados **Odilon Filho**, **Soldado Sampaio**, **Coronel Chagas**, membros desta Comissão. Com a ausência do Senhor Deputado **Valdenir Ferreira**. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme requerimento do Senhor Deputado **Coronel Chagas**, foi dispensada a leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada. **Ordem do dia:** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. O Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- O objetivo desta nossa reunião aqui na Comissão de Segurança, é conhecer a realidade hoje encontrada pelo Sistema de Segurança Pública, será uma conversa para que nós possamos ver a situação atual, ver o que é necessário para ajudarmos como Legislativo, especificamente com relação à Polícia Militar, temos aqui o Coronel Chagas, onde venho acompanhando o trabalho do mesmo, que tem feito um excelente trabalho voltado a instituição militar, seja na confecção de Leis, seja no apoio presencial na instituição, nós temos como somar e ajudar para que o Senhores possam conduzir da melhor forma possível nosso Sistema de Segurança Pública. Gostaria, antes de passar a palavra aos colegas, deixar o Senhor à vontade, para que faça as considerações que achar necessárias, depois possamos fazer perguntas referentes ao seu trabalho, seja bem vindo e, sintam-se à vontade. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Gostaria em nome da corporação, externar meus agradecimentos por essa oportunidade de expor a realidade da nossa corporação, que muitas vezes por desconhecimento, termina gerando polêmicas, questionamentos infundados. Agradeço ao Senhor Deputado, por esta oportunidade e me colocar à disposição para esclarecer aquilo que for

do interesse de todos, no tocante à Segurança Pública e ao papel da Polícia Militar em relação a este aspecto. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente desta Comissão Deputado Jorge Everton, o Deputado Odilon, membro, quero cumprimentar também o Senhor Comandante Geral da PM Coronel Santos Filho, cumprimentar o Coronel Damasceno Sub Comandante, Ten Coronel Wilson Nunes, Ten Coronel Pires, Maj Ilmar, que fazem parte do estafe do Estado Maior da corporação, dar as boas vindas Comandante e dizer a todos os Senhores, que sintam-se à vontade. A Comissão de Segurança Pública, atua no âmbito do Poder Legislativo, no sentido de contribuir. Esta é uma Comissão, trata não só no âmbito da Segurança Pública, mas também nos Serviços Públicos, ela tem sua missão prevista no Regimento Interno da Assembleia Legislativa. Desde a primeira reunião, já sob a Presidência do Deputado Jorge Everton, esta Comissão deliberou, no sentido de convidar os gestores dos órgãos de Segurança Pública, para que estes explanassem a situação de forma objetiva, sintética de suas pastas, para que os membros desta Comissão tomem conhecimento da situação, se está boa ou não, se não está boa, o que precisa melhorar, porque esta Comissão ouvindo os gestores poderá encaminhar recomendações, projetos e emendas ao orçamento do Governo do Estado para o exercício seguinte, então, hoje esta Comissão, além do Deputado Odilon, embora não seja da área da Segurança, mas já foi um gestor como prefeito de um município, tem três oriundos dos Órgãos de Segurança, tem um delegado da Polícia Civil, um oficial da PM e um ex - soldado da Polícia militar, então, alguma coisa nós conhecemos, e nosso objetivo é contribuir para que as instituições como a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, a SEJUC, que também compõe o Sistema de Segurança e o DETRAN, tenham condições de cumprir com suas missões constitucionais. Apenas para situá-lo melhor quanto ao objeto desta reunião, pois não é para cobrar, mas inicialmente para tomar conhecimento, para eventualmente no futuro, se vier uma necessidade efetivamente, o quem vem a esta Casa, ecoar o que é levado ao Plenário, toda vez que o Parlamentar usar a tribuna, para sabermos o que fazer, se aquele pronunciamento tem procedência, é para essas situações que nós estamos nos preparando. De início, eu gostaria de saber de Vossa Excelência, no tocante à questão do orçamento da Polícia Militar, quanto está hoje, o que está previsto no orçamento para dois mil e quinze, se a folha de pagamento corresponde a quantos por cento desse orçamento, se na sua visão vai haver a necessidade de suplementação para que a Polícia possa cobrir o custeio na instituição também? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Senhor Deputado, em relação a sua pergunta, nós temos no orçamento previsto, em torno de cento e vinte e três milhões, deste montante, noventa e três, aproximadamente, segundo o chefe do DEPLAF, está destinado a folha de pagamento, nós temos uma situação por conta do momento em que passa o Estado, em relação às finanças em que está se buscando resolver as pendências que ficaram do governo passado, houve um contingenciamento no orçamento, a Polícia Militar está inserida neste contexto também houve a necessidade de se adequar. Logo que assumimos, nos foi passado situações de pendências do ano anterior que o governo atual entendeu por meio da Secretaria da Fazenda, que esses valores deveriam ser debitados no orçamento deste ano, então, é uma situação que dificulta um pouco mais, pois além das dificuldades enfrentadas, ainda tem este agravante, estamos buscando nos adequar a esta realidade, mostrando que a Segurança Pública e a Polícia Militar que atuam no dia a dia, essa cadeia de suprimento desses itens essenciais, não podem ser prejudicados, sobre pena de vários problemas dentro da sociedade. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Atualmente Coronel Santos Filho, qual é o efetivo existente na corporação? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Nós temos como o Senhor é bem sabedor, um efetivo previsto de três mil policiais, esse efetivo foi estabelecido no ano de 2002, quando tivemos a oportunidade de trabalhar juntos na elaboração do QO, e de lá para cá, não houve aumento no efetivo previsto. Nós contamos com mil novecentos e vinte e nove Policiais Militares, desse total, quatrocentos são remanescentes do Ex – Território, daqui quatro a cinco anos, não teremos mais nenhum deles, considerando a última inclusão que ocorreu, policiais militares oriundos do Ex – Território, todos apriori completarão seu tempo de permanência no serviço ativo e estarão indo para reserva remunerada. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Na sua avaliação, esse efetivo existente atende às necessidades, o planejamento para atender a demanda? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- De maneira alguma. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- No seu entendimento, haveria a necessidade de haver um aumento no efetivo da Polícia que hoje está previsto em três mil, tendo em vista que na Legislatura passada, foram feitas algumas modificações na estrutura orgânica da corporação, foi criado o Colégio Militar estadual que demandou remanejamento de policiais para lá, o Bope que era uma Companhia e foi transformado em Batalhão, foi criado Hospital Militar, feito concurso para o quadro de saúde, foram criadas algumas Companhias Independentes, então houve uma reestruturação geral no quadro. Parece que era de interesse do

governo anterior, passado esse momento, em razão dessa reestruturação, reestudar o efetivo previsto em Lei. Eu pergunto: há um estudo em relação a este sentido, de verificar se realmente precisa de Policiais Militares, pelo menos no papel, para contemplar todas essas unidades que foram criadas? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Já estamos fazendo Senhor Deputado. Tomei conhecimento dessa Lei de abril do ano passado, que ela modificou a estrutura, e nós buscamos nos adequar a partir do contingente do efetivo previsto, todavia, criou-se uma dificuldade, porque estruturas foram criadas sem que houvessem um aumento no contingente, me refiro do efetivo previsto, isso necessariamente implicaria e implicará, pois nós tivemos que tirar policiais de outros órgãos para compor os que foram criados. Portanto é uma situação que gera um problema, porque nós temos três mil policiais previstos, que foram distribuídos de uma maneira equilibrada, no entanto, com essa modificação que houve na estrutura inclusive com a criação de Companhias e outros órgão fica complicado, em razão disso, tentamos adequar o efetivo previsto para essa nova estrutura e houve muita dificuldade. Tinha determinado a nomeação de uma Comissão composta por vários oficiais, que buscou no primeiro momento essa adequação; nós vivemos hoje uma situação complicada porque temos hoje uma nova estrutura aprovada, no entanto, passado quase um ano, ainda estava por ser implantada, ou criado um organograma que fosse criada essa nova estrutura, isso infelizmente não teria sido feito, essa situação nos causou grandes dificuldades e determinei a nomeação de uma Comissão para que trabalhasse nesse sentido. Essa Comissão deu início aos seus trabalhos com essa diretriz a de adequar o nosso efetivo existente a essa nova estrutura, no entanto, começou a esbarrar nessa problemática, de onde iria tirar efetivo para compor essas estruturas? Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Quais foram essas novas estruturas? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Três companhias independentes que foram criadas Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Foram seis Companhias independentes, mais um Hospital Militar e antes disso o Colégio Militar. Comandante, vi uma portaria que Vossa Excelência baixou nomeando uma Comissão para fazer a adequação do quadro organizacional a atual estrutura. Eu lhe pergunto: existe uma Comissão instalada para fazer um estudo da necessidade de se aumentar o efetivo de três mil? Porque na minha opinião, a Polícia Militar em razão dessa estrutura que foi criada, ter uma previsão e um efetivo de no mínimo quatro mil policiais para poder contemplar todas essas unidades. Tem algum estudo sendo feito para aumentar o efetivo previsto em Lei? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Diante da dificuldade que apresentou, nós entendemos que deveríamos propor primeiro uma estrutura que atendesse a necessidade da instituição, logicamente em função disso, e da necessidade de ter nessas estruturas outros policiais, que pudessem compor, vai surgir um número, essa mesma Comissão está trabalhando nisso, pois a proposta inicial foi uma adequação àquilo que estava aprovado em Lei, uma proposta de estrutura que atendesse a necessidade da corporação, que logicamente demandaria na inclusão de novos policiais, eu não sei hoje qual esse quantitativo Senhor Deputado, mas tão logo concluir esse trabalho, terei essa informação. No tocante ao efetivo, há necessidade realmente, que se amplie, para que supra a necessidade da corporação e haja um ajuste nessa estrutura que foi aprovada, todavia, no sentido mais prático, precisamos de mais policiais, temos três mil policiais previstos, nunca, até onde sei, nunca se ultrapassou de dois mil policiais, hoje nós temos menos de dois mil, com a tendência que haja uma diminuição inclusive, com a saída dos policiais do Ex - Território. Portanto, hoje a demanda que se tem em relação à segurança, decorre desse número pequeno, que não atende a necessidade atual, apesar da necessidade do aumento no efetivo para compor essa nova estrutura que foi aprovada, nós temos a necessidade de inclusão de mais policiais, para que possam realizar efetivamente o trabalho que lhes compete. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Chegou ao nosso conhecimento, cerca de trinta dias nessa Comissão e eu gostaria de checar com o Senhor, se procede, que teria sido suspenso o serviço voluntário e que também não estaria sendo pago a gratificação de comandante de rádio patrulha que também foi criada no ano passado, como é que está essa situação, pois são quarenta e oito na capital e doze no interior, tem pessoas nomeadas? como é que está sendo feito? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Em relação ao serviço voluntário, em momento algum houve a suspensão, a questão é que houve problemas de irregularidades que foram identificados e foram sanados, por exemplo: escalar policiamento para o estádio Ribeirão numa escala de dez horas, isso não existe, então se difundiu essa ideia que estava sendo cortado, mas aquilo que é irregular tem que ser resolvido, o corte, se podemos assim chamar, foi nessas situações que não se concebe. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Gostaria de dizer, que os Senhores Comandantes têm não só nessa Comissão, mais na Assembleia Legislativa, um parceiro da Polícia Militar, o nosso objetivo aqui é colher subsídios para que na ocasião da votação do orçamento para dois mil e dezesseis, nós possamos ver o que é realmente necessário para os órgãos de segurança; para o exercício de dois mil e quinze, fizemos um acordo o ano

passado, fizemos uma Emenda de Comissão, salvo engano, foram mais de quarenta milhões que colocamos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Hoje, está em cento e vinte e três, mas na verdade, a proposta era mais de oitenta milhões, portanto, foi um trabalho que nós realizamos aqui juntamente com o Deputado Sampaio, para dar condições para que a Polícia pudesse, além de pagar a Folha, ter o custeio e fazer investimentos, da mesma forma, foram contemplados a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, enfim, essa é a nossa preocupação. Naquela Legislatura, nós não éramos membros da Comissão de Orçamento, nesta, o Deputado Sampaio e eu somos membros titulares da Comissão de Orçamento, eu sou o Presidente e o Sampaio é membro juntamente com o Deputado Jorge Everton. Portanto, só aqui somos três que fazemos parte desta Comissão que é composta por sete membros. Daí a importância de trazer essas informações e no momento que se concluir o estudo e verificarem que o efetivo da Polícia Militar com três mil homens não é mais suficiente, e sim três mil e quinhentos ou três mil e novecentos, que essas informações cheguem, pois essa Comissão poderá dar uma ajuda no convencimento político, não só no âmbito da Assembleia, mas também do Poder Executivo, através do encaminhamento de proposições, indicações que essa Comissão pode fazer, estamos aqui para isso, contribuir e ver o que é necessário para que os órgãos de segurança façam o que puderem, para melhorar seu trabalho e cumprir sua missão constitucional. Senhor Deputado **Odilon Filho**- Boa tarde Senhor Presidente, quero cumprimentar os demais colegas: Deputado Chagas, Deputado Sampaio em nome do comandante Santos Filho, cumprimentar toda a corporação da Polícia Militar, dar boas vindas a esta Comissão; assim como disse o Chagas, o intuito desta Comissão é mais para orientar e ajudar, o Senhor terá uma grande ajuda na elaboração do próximo orçamento, tanto que ganharam esse ano e ano que vem com certeza será mais ainda o empenho, por isso que estamos acompanhando de perto, fazendo algumas perguntas. Tratou-se do orçamento, o Senhor falou que tem previsto cento e vinte três milhões, noventa e três de Folha, o Senhor tem trinta milhões para trabalhar, resta saber do orçamento, se o Senhor terá o financeiro pois o Estado está passando por crise, não sabemos nem se terá o financeiro, pois o orçamento praticamente não serviu, mas sabemos que tem uma previsão orçamentária. O Senhor vai precisar de mais policiais, logicamente precisará de mais orçamento. Eu pergunto ao Senhor: há uma previsão de implantação de postos policiais nas Vilas de maior número populacional? Por exemplo: no baixo rio branco, na Vila Caicumbí, uma das maiores Vilas do município de Caracará, não tem efetivo, pois o que atende é o efetivo de Santa Maria, com uma dificuldade imensa, acontecendo um delito, terá que passar um rádio, às vezes não tem telefone que funcione, ainda acontece de não ter combustível, é outra problemática, não sei se agora na sua gestão está acontecendo, mas eu quando prefeito, abasteci várias vezes a viatura da Polícia Militar de Caracará porque acabava a cota de combustível. Sempre tive uma boa amizade com os comandantes, pois acho que é uma obrigação dos gestores ajudar na segurança, eu sempre contribuía tirando da prefeitura para não parar as viaturas, principalmente nos finais de semana quando tinha eventos grandes. Eu lhe pergunto: essa situação ainda continua ou o Senhor mudou a forma da compra de combustível é a própria Polícia Militar que compra, ou é o governo? como funciona o sistema de compra do Senhor? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- É a Polícia Militar. Nós aderimos ao eco frota que já resolveu a questão das cotas que teríamos de levar daqui para outra localidade e só na viagem uma boa parte dessa cota se gastava. Então, inclusive nas missões no baixo rio branco, nós tínhamos um problema em relação ao abastecimento do barco que atendia essa região, e conseguimos juntos com nosso chefe do DEPLAF, convencer que aquilo poderia ser feito, porque a alegação da empresa era que não tinha como quantificar o hodômetro, então tínhamos que criar uma maneira para que isto fosse feito, felizmente foi resolvido e estamos atendendo também. Em relação ao policiamento no interior, o Senhor vivenciou essa dificuldade por conta de ter sido prefeito do município de Caracará que é um dos mais bem estruturados na atual conjuntura, no entanto, nós temos uma necessidade de complementação de efetivo, em todo o interior nós temos exatamente trezentos e noventa e três policiais Militares, esse número ainda é muito pequeno para atender a necessidade, infelizmente, por conta do problema que ocorreu, eclodiu no ano passado, no sistema prisional, especificamente na Penitenciária Agrícola, uma parte dos policiais que estavam sendo formados e que iriam para o interior, terminaram ficando por decisão do comandante da época, para suprir à necessidade que havia naquele momento. Infelizmente, essa necessidade ainda persiste e temos alguns policiais que deveriam estar no interior, mas ainda estão aqui conosco nos apoiando, mas já tem sido tomadas algumas medidas e esperamos dentro em breve, uma parte desses policiais que estão ainda prestando esses serviços e outros que estão sendo utilizados para atender essa demanda no Sistema Prisional, a expectativa é que eles retornem e nós consigamos passar um pouco desse contingente ao interior para atender essas demandas que o Senhor mencionou.

Logicamente que a inclusão de mais policiais vai implicar necessariamente no aumento do orçamento, eu fico muito feliz por saber que os Senhores tenham boa vontade em relação a isso, pois é uma necessidade que fatalmente irá surgir. Quando se fala em mais policiais se implica necessariamente no aumento significativo desse orçamento. Hoje a realidade é essa que nós vemos, temos contingente de minuto, temos como meta ampliá-lo, porque a demanda é sempre crescente, no entanto, estamos limitados por essa condição. Senhor Deputado **Odilon Filho**- Hoje a Polícia Militar tem no quadro três mil policiais ou é uma previsão? E se houver a necessidade de concurso, não haverá a necessidade de se alterar a previsão para o preenchimento destes três mil? Pois criaram novas estruturas sem a preocupação de já adequar a quantidade? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Tem a previsão de três mil policiais previstos. Haverá a necessidade logicamente da ampliação deste efetivo previsto para que se possa mobilizar. Entendemos e tenho trabalhado com nosso Estado-Maior na visualização dessa problemática, a estrutura que foi aprovada, ela não atende totalmente a necessidade da corporação, por isso, nós estamos elaborando uma outra estrutura, que atenda essas demandas e consequentemente haverá a necessidade de um aumento no efetivo previsto. Senhor Deputado **Odilon Filho**- O Senhor não tem previsão de concurso para a Polícia Militar? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Nós temos um concurso que foi feito e há um número remanescente de pessoas para serem chamadas. Essas pessoas já foram submetidas a duas fases o ano passado e ficou essa pendência. Recentemente, por conta do questionamento deles, se deslumbrou a necessidade de prorrogação do prazo da vigência, e nós identificamos que um dado importantíssimo não tinha sido colocado, a homologação do primeiro concurso, que era a referência para a prorrogação por mais dois anos, não existia isso, portanto, identificamos o problema foi trazido a Senhora governadora, nós encaminhamos essa situação à procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Administração a quem caberia homologar o concurso e isso foi feito, e agora já se tem uma data limite, uma referência para a prorrogação, mas esse chamamento dessas pessoas está sobre a análise da governadora, contudo, há interesse da nossa instituição que outros policiais sejam incluídos. A demanda é como eu falei, são crescentes, na perspectiva de saída desses policiais do ex Território, essa necessidade aumenta. Previsão inicialmente de concurso, eu acredito que não haja, por conta de outra situação do Estado, pois o último concurso ainda está válido, sendo cento e três classificados. Senhor Deputado **Odilon Filho**- No caso se a Governadora autorizar chamar esses cento e três aí encerra esse concurso? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Na realidade, eu gostaria de até expor aos Senhores que este concurso onde estas pessoas estão inseridas, é até um pouco confuso, porque do ponto de vista legal de direito. Pois o edital estabelecia trezentas vagas, entraram cento e cinquenta, depois mais cento e cinquenta, resumindo, até hoje foram seiscentas e sete pessoas que entraram por conta desse concurso e ainda tem essas cento e três, sendo que o edital dizia apenas trezentos. Portanto, algo um pouco estranho, eu levei ao Procurador Geral do Estado a quem irei consultar, é um problema que existe. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Isso é uma questão que muitas vezes chega aos Tribunais, já houve caso de outros concursos que a previsão de vagas preencheu e a instituição resolveu fazer um novo concurso e aqueles remanescentes, como o novo concurso foi dentro do prazo de validade, ingressaram na justiça e ganharam o direito, isso causou um problema sério, inclusive num quadro de sargento onde todos aqueles que teriam sido aprovados na primeira fase objetiva do concurso para sargento, quando viram o comando fazer um novo concurso, ingressaram e ganharam indo todos para a academia. Tivemos que formar estes e ainda tinha aqueles que já eram do segundo concurso que também tinham direito, vindo a gerar um problema. Eu vejo que enquanto tem validade e se houver a necessidade e interesse da administração seria interessante que chamasse. Senhor Deputado **Odilon Filho**- Comandante, as minhas perguntas encerram por aqui, gostaria de agradecer a sua presença e dizer que nós estamos aqui à disposição da Polícia Militar. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados aqui presentes, gostaria de cumprimentar o Comandante da Polícia Militar Coronel Santos Filho, o Sub Comandante Coronel Damasceno e os demais policiais presentes. Mais uma vez estamos aqui com a Comissão abordando, ouvindo todos os Secretários afins com a Segurança Pública para cobrar explicações e ao mesmo tempo, nos colocarmos como parceiros, a Assembleia, a Comissão de Segurança e em especial a de Orçamento onde o Coronel Chagas é Presidente, tentarmos ajudar naquilo que estiver ao nosso alcance. Esse é o intuito das nossas reuniões convocando os Secretários, no caso, hoje está aqui o Comandante da Polícia Militar. Tanto eu, o Chagas, o Jorge e o Odilon também não é diferente, pelo fato de sermos da Segurança Pública, oriundos, bases eleitorais e políticas a Segurança Pública, o Jorge na Polícia Civil, eu e o Deputado Chagas na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, temos facilidade em conversar e conhecer a real situação das corporações. Sabemos da

dificuldade que se encontra hoje a Polícia Militar e em especial quando se trata de efetivo, uma previsão de três mil homens, mas na prática está apenas em novecentos como foi colocado. Boa parte ainda (inaudível) pelo Governo Federal e a população de Roraima, a quantidade de municípios e vilas cresceram acima da média da quantidade de efetivo, então, não é fácil tentar cobrir todo o Estado com a presença da Polícia Militar. Em muitos locais do Estado é a Policial Militar que representa o Estado. Uiramutã, Normandia e muitas vilas não são diferentes, nós sabemos e entendemos a real condição e diante da condição financeira que se encontra o Estado Senhor Comandante, nós temos falado com todas as Secretarias, na Femar e lá no Congresso não foi diferente, só temos dois caminhos: um é tentar aumentar a receita do Estado, apertando, sei que a Sefaz está fazendo isso, mas o aumento é mínimo, a outra forma, é torcer para que a economia nacional dê certo, onde Roraima será a mais prejudicada se essa crise se estender por muito tempo, pois cada cem reais que entram aqui no Estado, setenta é da União, sendo que nós vivemos de transferências Federais. Na Polícia Militar não será diferente e na Segurança Pública como um todo; não só como uma sugestão, mas sim como um pedido, que não meça esforços de montar uma boa equipe técnica de captação de recursos, em especial na SENASP e Ministério da Justiça, refiro-me à viaturas, a armamentos, cursos e outros que forem possíveis e que estiverem ao nosso alcance, esse é o caminho mais seguro de tentar buscar recurso, aqui dentro, o orçamento do Estado, a briga é muito grande. Fica aqui esse pedido, para tentar melhorar o orçamento da Polícia Militar e também por vontade do Comando para discussão do orçamento dentro da Assembleia e correr atrás de recurso. Eu passei quatro anos da Legislatura passada, nunca recebi um documento, um ofício, não sei se porque eu era oposição à época por parte do Comandante da Polícia Militar pedindo que eu alocasse minhas Emendas, sendo que eu aloquei a maior parte destas para a Segurança Pública. Apesar de não ter sido liberado, mas foi alocado. Tem que vir para cá e pedir, mesmo tendo o compromisso da Assembleia pelo Deputado Chagas e meu também em dar uma atenção especial. No orçamento passado Odilon, a única Secretaria que teve aumento de fato foi a da Segurança Pública, a PM com mais de quarenta milhões, o Bombeiro com quinze, a Polícia Civil com mais vinte e cinco milhões, enquanto a saúde perdeu recurso, a agricultura perdeu mais de sessenta milhões, o Setrabes também perdeu. Foi muito esforço, muita luta com a Deputada Aurelina que era relatora do orçamento a pedido do governo, e mesmo assim, conseguimos manter o orçamento. Que faça com as demais Secretarias, discutir o orçamento na Assembleia. Gostaria também de colocar ao Comandante da Polícia Militar, por conhecer onde fiquei por quatro anos à frente da Associação dos policiais e Corpo de Bombeiros militares e muitas vezes tive que tirar dinheiro do bolso da Associação, meu ou alocar algum tipo de rifa, bingo para tentar ajudar o Policial Militar que em ato de serviço, por motivo ou outro dirigindo uma viatura, deu causa ou foi vítima de um acidente de trânsito, a gente termina abrindo um procedimento e aquele policial às vezes tem que arcar quando é comprovado que ele falhou, então eu gostaria de pedir ao Comando da Polícia Militar que nós pudéssemos intensificar essa qualificação do condutor de viatura pois é muito grande o dano, tanto para a Polícia Militar, para terceiros e para o próprio policial, que às vezes, por falta de uma boa formação ou por desleixo dele, é responsabilizado, mas na maioria das vezes, por achar que é um grande conhecedor que não precisa está atento constantemente na condução de uma viatura. Então, essa é uma preocupação que nós temos, pois de vez em quando aparece um colega numa situação dessas, nada melhor do que a gente qualificar, quando é dano material tem como a gente resolver, mas quando é danos pessoais ou até com vítimas fica mais complicado ainda. Portanto, essa era uma situação que eu gostaria de colocar para o Senhor. A outra questão que eu gostaria de expor, é com o advento das redes sociais como o whats App, qualquer fato hoje envolvendo uma ocorrência policial, tem alguém filmando, tem alguém gravando e aquele cidadão pega essa filmagem e joga na mídia, nas redes sociais do ponto de vista dela; se for a mãe daquele que está sendo detido ou algum parente, vai jogar do seu ponto de vista, termina formando opiniões das pessoas. Sendo que já com essa opinião formada, às pessoas não se atentam ao policial como dever dele. Se tivémos uma forma como desencadear de alguma forma, até mesmo usando às redes sociais fazendo uma campanha preventiva, atentando um próprio cidadão ao ser abordado por um policial como ele deverá se comportar, isso ajudaria muito a nós preservarmos a imagem do policial e a imagem da nossa Polícia Militar. Então, isso me preocupa muito, sendo que tem até um fato que ocorreu recentemente de uma guarnição fazendo o acompanhamento tático quando foi flagrantear um cidadão, ele invadiu uma casa de terceiro e a polícia foi lá e o pegou, nada mais que sua conduta correta, pois aquela é a função dele; mas o que é jogado na mídia é que a polícia invadiu um domicílio que era um simples cidadão de bem e que estava apenas sem capacete. Desta forma que é colocado, fica como sendo verdade, então, eu peço ao Senhor ou ao próprio governo como um todo através do meio de comunicação do governo, orientar preparando o cidadão ao ser abordado por

um policial, pois um bom policial e um bom cidadão, não deverá ter receio um do outro, pelo contrário, deverá sentir-se protegido enquanto a polícia estiver próxima. Não devemos nossa polícia se transformar no que já ocorre com outras polícias, por exemplo: às pessoas tem medo de serem abordadas pela Polícia Militar no Rio de Janeiro e em outros Estados. A nossa Polícia é diferente, por sua formação e pela sua história. Portanto, devemos manter essa preocupação. Outro tópico que gostaria de colocar ao Senhor, é questão da matriz curricular na formação dos nossos policiais. Hoje já é exigido para a Polícia Civil o nível superior, oficial da Polícia Militar também já exige, é apenas questão de tempo para praça ingressar com nível superior, isso é bom para o Estado, tendo uma rejeição muito grande pela sociedade, mas eu vejo como algo saudável. Tivemos recentemente um embate, onde foi motivo de audiência pública aqui na Assembleia, envolvendo a OAB na defesa de seu associado, com relação a uma ocorrência policial. A princípio a Polícia fez o papel dela, mas a conotação que foi dada foi outra, precisamos orientar nossos policiais como se comportar nessas situações. Falo isso porque estive quase dez anos na Polícia Militar, recebemos todas as informações durante o curso, mas às vezes você vai para a rua, fica quatro, cinco ou seis anos fazendo o policiamento de rua não passando por reciclagem e aprimoramento, e de maneira gradativa vai tendo a tendência de fazer uma coisa hoje mínima errada e passa a ser despercebido, mas amanhã passa a ser regra e quando termina às vezes acaba desvirtuando totalmente. Portanto há a necessidade de fazer terminantemente fazer esses cursos e, hoje a Academia tem estrutura de qualificação e reciclagem para os nossos policiais. Outra questão que precisamos desenvolver, mas depende de recursos, de mecanismos dentro da Polícia Militar, fazer o acompanhamento Psico - social do nosso policial, pois cobramos muito do policial, este tem uma carga de serviço diariamente dependendo da escala, e este policial tem seus problemas, mas às vezes, a corporação não acompanha em virtude de ter muita demanda, necessidade de policiamento e Segurança Pública, chegando ao ponto daquele policial ser descartado, já temos casos de policiais cometendo suicídio, agride familiares, vizinhos, até dentro da corporação cria problema, aí vai fazer o policiamento com grau de stress enorme, às vezes polícias que fazem uso do álcool em excesso e até dependente químico, não tendo nenhum tipo de acompanhamento. É nesse sentido que peço que haja uma política permanente da polícia Militar para identificar e acompanhar esse policial com problema. Gostaria de falar sobre o SAS PM, este é um órgão que presta um grande serviço aos policiais. O policial se associa de maneira voluntária, contribui com um valor mensal em torno de duzentos reais, este oferece serviços ambulatoriais, dentistas, mas a família militar é muito grande e a contribuição é pequena. O SAS hoje é uma pessoa jurídica de direito privado, mas está dentro das instalações da Polícia Militar, sempre defendemos que o SAS viesse com toda sua estrutura para dentro da Polícia Militar através de um hospital ou de uma clínica. Deputado Chagas, acho que deveríamos lançar mãos das Emendas dos Deputados Federais, pois cinquenta por cento das Emendas da nossa bancada tem que ser para a saúde, vejo Deputado Federal tentando achar onde alocar suas Emendas, mas por estarem inadimplentes, estando no CADIM, não conseguem receber essas Emendas. Mas se preparássemos a Polícia Militar com sua clínica, com seu departamento de saúde, poderíamos lançar mão desse recurso, mas para isso precisaríamos rever a situação jurídica do SAS PM. Portanto, peço a atenção do Senhor nesse sentido, o de explorar o SAS, que é uma grande ferramenta para cuidar da saúde dos nossos policiais. Por último Comandante, estive com o Senhor, com a governadora, com relação à questão dos policiais Militares e Bombeiros Militares. Já lançamos como Estatuto, como Código de Ética, lançamos com a numeração de subsídio, que era um sonho da categoria. O fundo de Segurança Pública para a Polícia Militar está previsto no Estatuto, é uma forma de equipar a Polícia Militar, alocando recurso tanto privado quanto público. Outra questão, é uma Lei de promoção de praça oficial atualizada que precisa ser discutido e a Lei previdenciária onde foi feita uma Emenda Constitucional no final do ano passado. Nós sabemos a real necessidade dessa Lei Previdenciária, para dar garantia e tranquilidade aos policiais que estão na rua fazendo seu trabalho e, ter essa segurança de no futuro ter sua aposentadoria digna, ou no caso, vindo a acontecer algum imprevisto, ele tem o mecanismo legal para se aposentar, tendo sua reserva para se aposentar e não ter nenhum prejuízo financeiro, esse processo está bem avançado o Comandante tem se colocado à disposição, assim como, o Corpo de Bombeiro (Coronel Amaral) e também a governadora está sensível, acredito que neste semestre chegamos nessa Lei de remuneração, Lei Previdenciária nesta Casa e desde já peço o apoio dos Senhores Deputados para que nós possamos dar essa tranquilidade ao Policial Militar. Eram essas minhas colocações, mas eu já tinha conversado com o Senhor no seu Gabinete algumas questões e estou reiterando esses pedidos, lhe desejo sucesso e me coloco a disposição enquanto Parlamentar e acima de tudo pelo fato de se oriundo da Polícia Militar, a nossa base em especial a minha e a do Coronel Chagas está lá na Polícia Militar entre os praças e os oficiais. Temos esse compromisso e

estamos pronto para ajudar naquilo que estiver ao nosso alcance, nas nossas Emendas e nas propostas de Leis aqui nesta Casa. Representamos à segurança, mas o que representa o interior, a Polícia Civil, a educação, a agricultura, então, se não tiver seu representante, fica até legítima a causa, mas se não estiver um representante fica complicado. Temos aqui um coronel e um soldado onde ambos possuem o mesmo compromisso de toda a corporação, do soldado mais moderno ao oficial mais antigo no caso o Senhor nesse momento, era isso que eu queria falar, gostaria de lhe desejar boa sorte. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Gostaria de agradecer à disposição de Vossas Excelências em nos ajudar, no momento em que toda ajuda é bem vinda, agradeço ao Deputado Coronel Chagas, ao Presidente, ao Deputado Odilon pela boa vontade manifestada. Gostaria de lhe dizer Deputado Sampaio, que as sugestões que o Senhor apresentou, já é uma preocupação da minha pessoa, conversei algumas vezes com o Senhor quando esteve no meu Gabinete, falo como Comandante e do Comando de maneira em geral. Essa questão da Legislação em relação à promoção de oficiais e praças, penso que é uma necessidade, não só penso como tenho certeza que é uma necessidade, uma adequação, uma atualização principalmente na questão de se criar critérios mais objetivos, no ponto de vista da avaliação dos policiais que entram no código de acesso para evitar eventuais distorções, e ser um processo o mais justo possível independente de quem seja. Em relação a Lei Previdenciária, indicamos para o Gabinete Civil o nome de três Policiais Militares para compor essa Comissão, dois oficiais e um graduado. Em relação ao fundo de Segurança Pública, ainda não nos manifestamos sobre isso. No tocante à assistência psicológica, o acompanhamento dos policiais, tem sido um motivo de conversa com o Sub Comandante, e já temos uma pessoa que priori será utilizada para nós criarmos essa estrutura que permita esse apoio. A Tenente Edinilda que tem formação em psicologia, e que possui projetos e ideias em relação a isso, já conversamos e basicamente em relação a estruturação para que isso possa ocorrer. Em relação ao SAS PM, concordo com seu posicionamento também no tocante, quando o Senhor falou em emancipação, mas para mim, emancipação significa o comandante não indicar a pessoa que vai dirigir, é isso? Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- A minha colocação foi no sentido do SAS PM, além de reconhecer o trabalho que este prestou no decorrer das décadas, e tentarmos maximizar esse trabalho. Esta formatação jurídica que se encontra hoje tem um CNPJ próprio diferente do estado da PM, está tão interligado quando a PM usa as estruturas, presta serviço que talvez fosse função do Estado, mas o SAS, com boa vontade, absorve os trabalhos e resolve. A minha preocupação aqui é trazer o SAS para dentro da Polícia Militar, ou darmos a emancipação de fato. Hoje é um serviço a parte, se colocarmos como uma empresa de fato, conseguiremos viabilizar recurso para continuar prestando serviço, ou trazer o SAS para dentro da Polícia Militar, a SESAU que é a área da saúde e estruturarmos uma Clínica ou uma Policlínica da Polícia Militar, é um estudo que tem de ser feito da melhor forma, em especial para alocar recursos das Emendas da Bancada Federal. Hoje, a Bancada Federal tem seu orçamento numa Emenda impositiva, onde esta contém cinquenta por cento na área da saúde. Portanto, precisamos trazer o SAS para dentro dessas policlínicas e lançarmos mãos desses recursos; eu falo isso porque tenho conversado com Deputados Federais e eles têm dificuldades de lançarem suas Emendas; lançam para o Exército, para a Base Aérea porque o Estado, às vezes, por conta da oposição não se sente contemplado e às Prefeituras na sua grande maioria tem problemas de não receberem Emendas por questão de inadimplência quanto ao Governo Federal. Com a Policlínica, com certeza, seremos um grande captador, não só da Bancada Federal, mas também da Bancada Estadual. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- O Deputado Chagas mencionou que temos uma Policlínica criada, precisamos apenas estruturá-la. Senhor Deputado **Coronel Chagas**- A ideia do Deputado Sampaio é excelente, acho que o Comando deveria começar a elaborar um projeto arquitetônico para construir e também um projeto destinado para comprar equipamentos para estruturar e trabalhar junto a bancada Federal, como ele falou, para ver se conseguimos Emendas para a construção e outra para a compra dos equipamentos, aí sim, num prazo de dois a três anos, teremos um hospital realmente funcionando. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- A ideia caminha exatamente neste sentido, recentemente conversamos com os integrantes do quadro de saúde sobre isso, eles também lógico, tem todo o interesse de que isso venha a ser implementado, e estamos buscando as boas ideias para de fato implantar essa Policlínica. Em relação ao SAS, tem que ser avaliado, o Senhor está mencionando de estar dentro da corporação, ela tem um vínculo ainda muito forte. Hoje, são cerca de nove mil pessoas alcançadas pelo serviço do SAS, essa é uma quantidade considerável de pessoas que teremos que avaliar, qual o movimento no tabuleiro iremos fazer, para que não haja prejuízo a esta atividade. Temos um serviço público de saúde que ainda está por melhorar, e o SAS presta um serviço relevante atendendo os Policiais Militares. Com relação a trazer o SAS para dentro da Instituição como o Senhor mencionou, nós temos que

avaliar vários aspectos, e essa conversa com os integrantes do quadro de saúde foi proveitosa com as ideias que foram trazidas por conta de alguns, inclusive terem feitos parte de Forças Armadas e explicando como funcionada determinadas coisas. Estamos amadurecendo as ideias para ver aquilo que melhor se aplica como o caso do SAS, mas principalmente focando a questão da Policlínica que já é um objetivo, um sonho de muitos anos, que estamos vendo se materializando pouco a pouco. Portanto, eu acho que já esteve um pouco mais distante, o processo tende a se resolver. Gostaria de fazer uma colocação que o Senhor colocou a respeito de uns episódios recentes. No primeiro momento, de um advogado; fui convocado a vir aqui na Assembleia e já naquele primeiro momento, me manifestei sobre aquela situação. Aquilo como eu mencionei, não representa algo comum, é um fato isolado, onde está sendo apurado, perpetrado por um policial numa situação específica. Hoje, eu tive a oportunidade de ir na TV Roraima por conta de um vídeo, esse que o Senhor mencionou que está sendo veiculado. Da mesma forma que o Senhor, eu tenho uma preocupação, aliás é meu dever ter uma preocupação com a Instituição e com todos os seus integrantes, lá eu me posicionei a respeito de que aquela ação foi legítima, totalmente legítima. Os policiais estavam no estrito cumprimento do seu dever legal e infelizmente chegou àquela situação por conta da própria pessoa, por vários delitos cometidos ao longo de um período de acompanhamento tático, lá na emissora eu me posicionei desta forma, inclusive fui questionado pelo repórter se estaríamos restaurando um procedimento para apurar, falei que não, pois a ação foi totalmente legítima, não houve exagero, muito embora o infrator e os familiares mencione que houve, mas é totalmente compreensível, contudo, houve e o vídeo mostra uma pessoa agressiva que não se resignou com abordagem feita, com a ação dos policiais reagindo de forma violenta e teve que ser contido e conduzido para a delegacia como está estabelecido. Eu só reitero ao Senhor que essa preocupação existe do comando, como eu já havia mencionado, não tenho como princípio estar acobertando irregularidades, pelo contrário, nós buscamos esclarecer e tomar as medidas que cada caso requer, na medida da sua gravidade. Então, esse tem sido meu posicionamento ao longo dos anos que estou na Instituição, e agora, na condição de Comandante, mais ainda. Está aqui o Coronel Chagas, entramos juntos na corporação e nos conhecemos desde então e sabe como é o procedimento deste oficial, mas aquilo que é correto e justo da parte do trabalho do Policial Militar, nós buscamos enaltecer, essa é a nossa conduta. O Senhor mencionou a Polícia do Rio de Janeiro, me desculpe àqueles que são oriundos do Estado, mas a Polícia do Rio de Janeiro tem de fato muitos problemas. Infelizmente, a mídia foca naquilo que está muito ruim, mas seria injusto mencionar que não existem pessoas boas naquela Instituição; com certeza, pessoas boas que praticam a sua atividade da melhor forma possível. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Comandante, quando eu coloquei o exemplo da Polícia do Rio de Janeiro e citei a ocorrência que está sendo vinculada através do whats App, esta que o Senhor foi hoje cobrado pela mídia, e de uma maneira louvável se posicionou, e eu da mesma forma, não vi nada de anormal, pelo contrário, os policiais estavam fazendo o papel deles. A minha preocupação é essa, sei que no Rio de Janeiro, os policiais são sérios competentes, compromissados com a causa, assim como quase cem por cento dos nossos policiais de Roraima. O que tentei colocar para o senhor e gostaria de reiterar, a importância da PM está sempre com um passo a frente, desenvolvendo campanhas preventivas, onde já houve em alguns momentos, por exemplo: a rádio, na televisão, no site da PM, orientando o cidadão, de como ele deve se comportar numa abordagem policial, ao sair de casa, ou nos finais de semana, que ele deve deixar as luzes apagadas do quintal, ou deverá deixar acesas, chamando a sociedade para fazer seu papel, o de ajudar na Segurança Pública. Portanto, minha colocação foi nesse sentido; se haveria a possibilidade e dentro do orçamento da PM, criar um grupo com essa função de projetar a imagem da polícia, com campanha preventiva dizendo: cidadão até aqui é seu direito, a partir daqui não é mais, a polícia terá que agir. Um exemplo simples: um cidadão sem o capacete foge da viatura, entretanto, os policiais não tem noção se a moto é roubada, se ele é um assaltante, termina ocorrendo uma ocorrência maior. Se nós tivéssemos, não só para a Polícia Militar, mas para os órgãos de segurança, uma campanha nesse sentido, ajudaria bastante usando até os meios de comunicação do Estado como, a rádio Monte Roraima, quem tinha algo deste tipo era o Coronel Lhamas, que tinha dicas de segurança, orientando neste sentido. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Em relação a sua proposta Deputado, eu penso, ela é totalmente válida, porque começa a dimistificar as coisas, no entanto, à questão vai um pouco mais além; um cidadão de bem não reagiria, ou reagiria de outra forma a uma abordagem policial. O que está sendo veiculado é de alguém que já tem problemas desde a infância e a adolescência pelo que nós levantamos e logicamente, vai se comportar daquela maneira. Não estou aqui fazendo críticas, mas a gente observa que não houve uma preocupação da senhora que manifestou parece-me que era a mãe dele, de educá-lo no sentido de respeitar. Vivemos na sociedade a falta de respeito, que começa já dentro de

casa, a criança não respeita mais seu pai e sua mãe e vai crescendo desta forma, logicamente, não irá respeitar às autoridades constituídas e consequentemente terá problemas, porque está faltando limites. Portanto, eu acredito que uma campanha como essa de alguma forma contribua, mas o problema é como eu falei, é muito mais profundo, vai muito mais além e começa dentro de casa, a questão do respeito às pessoas. Hoje, vemos pessoas que sabem tudo de direito, as faculdades de direito estão com o número cada vez maior de alunos buscando o conhecimento nessa área, no entanto, esqueceram quais são os seus deveres, o que a gente vê em manifestações de pessoas como essa que foi abordada, ele questionando várias coisas, inclusive, Mandado de Prisão, ou seja, não é pessoa sem esclarecimento, mas que não quer respeitar regras, não quer respeitar autoridades, é uma questão a se pensar vai mais além, como eu mencionei. De qualquer forma já ajudaria na visão no aspecto do trabalho do policial, agradeço a disposição de nos auxiliar no aspecto do orçamento, que com certeza teremos uma necessidade de que haja uma ampliação deste valor. Em relação a equipe técnica para a elaboração do projeto, entendemos que é o caminho para driblar essas dificuldades financeiras que o Estado vive utilizando recursos oriundo da Senasp, entendemos dessa forma e colocamos inclusive, mais um oficial lá, que já tem um conhecimento e junto com os demais, estamos levantando aquilo que é possível fazer para que a corporação seja alcançada com esses recursos. Temos uma necessidade muito grande de recursos materiais e o melhor caminho apriori, seria esse, não oneraria tanto o Estado que ficaria apenas com a contra partida e, teríamos atendido as nossas necessidades. Agradeço as sugestões. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Atendendo ao pedido da última audiência que nós tivemos aqui, Deputado Sampaio agora que irei fazer minhas perguntas, eu gostaria de transferir a Presidência dos trabalhos temporariamente para que o nosso Vice-Presidente conduzisse. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Recebo de muito bom gosto e de imediato passo a palavra ao Deputado Jorge para que faça suas colocações ao Comandante da Polícia Militar. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Comandante boa tarde, eu tenho observado sua atuação, quero parabenizar sua serenidade, o seu conhecimento técnico, é esperado isso de um Comandante, de uma pessoa que chega ao posto máximo da sua Instituição, o Senhor está por mérito, pode ter a certeza, o cargo é político, mas o Senhor tem demonstrado a serenidade para atuar nas situações mais adversas. Teve serenidade no caso do advogado, onde colocou uma Corregedoria para apurar porque desde mil novecentos e noventa e nove, sou muito mais novo que vocês em caso de experiência policial, mas quando entrei na polícia em Sergipe, vimos exatamente isso, eles esquecem de seus deveres, e olham apenas seus direitos invadindo o direito dos outros. A gente vê também, quando a Segurança Pública é responsabilizada pela criminalidade, as pessoas esquecem de olhar se há um alto índice de criminalidade, o Estado errou, o Estado falhou na educação, na saúde, no lazer e acabam sempre culpando os policiais. Portanto, eu quero parabenizar a Polícia Militar, inclusive pela passagem ontem do seu dia, o dia da Polícia Militar, da Polícia Civil nosso patrono Tiradentes da Polícia Militar, gostaria de parabenizar em nome do Comandante e demais colegas que se encontram aqui. Eu tenho algumas perguntas para fazer, são poucas pois algumas já foram feitas, o efetivo da Polícia Militar me preocupa porque eu sei, que apesar desses mil novecentos e vinte e nove, muitos estão em outros lugares e não na atividade fim que seria a atividade da rua, que deveria ser feito algo. O Tribunal de Justiça deveria ter uma polícia própria para cuidar da Instituição e os Policiais Militares teriam que estar fazendo a segurança da sociedade na rua, a Assembleia da mesma forma. Então é algo que tem que ser discutido com os Deputados, nós temos como fazer uma proposta, um estudo para ver até a onde a gente possa chegar com relação a isso, não que o Tribunal de Justiça não precise, não que a Assembleia não precise, mas eu acho que em primeiro lugar tem que está o policiamento na rua para proteger a sociedade, esse é um pensamento individual meu e não da Comissão, mas eu acho que os que comungarem dessa ideia, poderão ir ajudando para que nós cheguemos num denominador comum, mas eu pergunto ao Senhor: desses mil novecentos e vinte e nove, quantos atualmente estão efetivamente estão no serviço de rua? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Deputado, eu tenho um número não exato, no CPC (Comando de Policiamento da Capital), são oitocentos e treze aproximadamente, no CPI (Comando de Policiamento do Interior), são trezentos e noventa e três, empregados na atividade de rua. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Quantas viaturas têm hoje em atividade efetiva? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Nós temos um programa que foi implementado no ano passado e que sofreu algumas adequações por conta da realidade da corporação. Então como eu mencionei da última vez que estive aqui, é um programa muito interessante e muito bonito no ponto de vista da filosofia que está subjacente, que é o Policiamento Comunitário. Este é o caminho, pois é aproximação do policial da população, que são as pessoas que recebem os serviços da polícia, a criação desse vínculo é muito importante, no entanto, temos que ser realistas. A Polícia Militar,

como foi mencionada, tem um efetivo de três mil policiais, isso há treze anos, nós nunca alcançamos dois mil policiais, então, quando eu penso num programa como esse que é um programa sério, tenho que levar alguns aspectos em consideração, inclusive, de como manter um trabalho como esse funcionando efetivamente, por exemplo: o programa prevê três malhas. A primeira malha, é esse contato mais aproximado dos veículos que estão caracterizados com tecnologia embarcada, supondo quarenta veículos da primeira malha, não estou falando da segunda malha que seria um policiamento mais especializado e nem da terceira malha que seria guarnições, policiais para missões mais críticas em situações de maior vulto. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Quarenta viaturas da primeira malha são para o Estado todo? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Não Senhor, estou apenas fazendo uma suposição. No primeiro momento, foram contratadas quarenta dessas guarnições para atuarem, trinta e oito na capital e duas no interior, então, assim foi feito inicialmente, agora isso teve um custo, pois para manter uma estrutura como essa de policiais funcionando, tenho que ter dedicadas trinta e oito guarnições e pelo menos quatrocentos e vinte Policiais Militares e isso está longe de ser a realidade dos dois batalhões que atendem a capital. Para cada guarnição eu teria que ter dez policiais e o programa não foi implementado num todo, porque previa para cada viatura, duas motocicletas, logicamente, mais dois policiais, então, a gente começa a fazer uma estimativa e vê que a quantidade de policiais necessários para se manter essa estrutura seria praticamente o efetivo que nós temos, portanto, não tem como mantermos isso, pode até ser mantido durante algum tempo, mas vai chegar uma hora que irá entrar em colapso, porque as outras atividades tem que continuar. Tivemos a crise no Sistema Prisional, isso demandou um contingente considerável para lá, hoje, desses oitocentos e treze que eu mencionei, duzentos e dez estão no Sistema Prisional, ou seja, mais de vinte e cinco por cento dos Policiais Militares da capital estão na CIPG (Companhia Independente de Policiamento de Guarda) que atende essas demandas no Sistema Prisional, então é um número considerável e não há uma mágica nisso, é muito difícil, por mais boa vontade que se tenha, por mais que se apele para o serviço voluntário, mas chega um momento em que o Policial Militar, não quer mais o serviço voluntário pois está cansado e quer descansar e não podemos em tese obrigá-los. Há um regime de escalas inclusive aprovado em Lei e tem que ser obedecido, tem que ser seguido. Portanto, o custo para a manutenção do programa eu falo em termos de recursos humanos é elevado, precisamos de mais policiais para que eles se mantenham. Houve uma adequação a essa realidade, os que eram quarenta veículos inicialmente, passaram a ser trinta que foi um número que eu mencionei à Senhora Governadora, como sendo um número razoável por conta daquilo que nós buscamos, por exemplo: a utilização de recursos de TI de uma forma mais incisiva para que haja possibilidade de retrain pessoas da atividade meio para a atividade fim, isso é uma meta nossa, o uso intensivo da TI para minimizar o uso da utilização dos policiais, entretanto, não resolve, minimiza. O que temos hoje é isso, uma retração na quantidade de veículos que atuam na rua justamente por conta dessas dificuldades. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Como é feita a divisão dessas trinta viaturas por dia, elas vão para capital e interior ou ficam só na capital, existem quantas viaturas estão rodando? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Foram contratadas trinta, dessas, duas estão no interior. Então, temos na realidade vinte e oito disponíveis aqui, pelo contingente que nós temos, chegamos a essa atuação de primeira malha em torno de vinte e duas a vinte e três viaturas por dia, que é complementado pelas guarnições das outras malhas, onde estas, são equipes de Força Tática. Giro que são as motocicletas, a própria cavalaria que é um policiamento mais especializado e a equipe do Gati. Chegamos em torno de vinte e sete ou vinte e oito guarnições atuando. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Com relação ao combustível, ouvi o Senhor falar que aderiu ao Eco Frotas, acho uma decisão sensata, ao meu ver, acho um absurdo, o policial ter que transportar o combustível em cima de uma caminhonete colocando em risco a vida dele e a de terceiros, e depois armazenar de forma inadequada, se um cidadão fizer isso, ele poderá ser preso pela prática de crime, e a polícia fazendo porque o abastecimento está sendo feito dessa forma. Portanto, parabéns pela atitude. Mas me surgiu uma dúvida porque tem sido Publicado no Diário Oficial, a adesão de várias Secretarias a esse modelo, e consta lá o valor do combustível de seis reais e noventa e seis centavos, eu acreditar que isso é um erro de digitação porque o Eco Frotas, é abastecido com o valor da bomba, você abastece em qualquer posto que estiver credenciado e cadastrar o valor que está na bomba do combustível, mas tem surgido no Diário Oficial o valor de seis reais e noventa e seis centavos. O Senhor tem conhecimento desse fato? O Senhor sabe como procede lá na PM? O Senhor **Ten Coronel Pires**- Sou Chefe do DEPLAF da PM. Esse preço que a Polícia Militar utiliza, é o mesmo preço cobrado nas bombas, esse é o preço de contrato e o Comandante hoje teve a oportunidade de assinar o contrato com a Eco Frotas de 2015. O sistema de cartão da Eco Frotas, é um sistema igualmente ao utilizado em cartão de

crédito. Tem uma taxa de administração. Creio que esse valor em reais, deve ser um erro de digitação como havia falado o Deputado. O valor do diesel é o mesmo valor da bomba, e a gasolina é o mesmo valor que está sendo vendida no Estado, nos postos credenciados. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Gostaria de ter acesso ao contrato para ficar claro, de forma que não haja dúvidas, até porque nas redes sociais, está uma discussão muito grande, que combustível é esse de seis reais e noventa e seis centavos. Realmente é um absurdo, e eu não acredito que essa taxa de seis reais e noventa e seis centavos por cada litro seja cobrada. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Estou pegando das redes sociais a explicação, no caso, da assessoria de comunicação que na verdade, a taxa é zero a zero um por cento, algo em torno de sessenta e cinco mil reais o valor dessa empresa, deve ser um momento de distração. temos que ver essa situação direito depois. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Eu sei como o Eco Frotas funciona, acho que o Estado foi um dos primeiros a implantar na época em que eu era Presidente do Detran, justamente para evitar que o abastecimento no interior fosse feito da forma errada. Como é que o Detran fiscaliza, e o próprio Detran abastece de forma errada? Então tivemos essa preocupação com a Eco Frotas até mesmo para controle, pois é excelente para o controle, não tem como ter desvio de combustível, não tem como o combustível evaporar, ele vai realmente para o carro. Então, essa é a minha preocupação, somente porque eu me assustei, pois nunca tinha visto um combustível tão caro. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- São sessenta e nove mil, quinhentos e noventa e sete reais o valor do contrato para essa empresa administrar, mas que na verdade, deve haver um erro de digitação, inclusive o governo já está vendo esta questão. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Com relação ao interior, eu fui delegado de Mucajaí, e sempre tive a preocupação em relação ao efetivo, pois muitos passam em outros concursos e vão embora. No caso da Polícia Civil, só houve um concurso em dois mil e três e até hoje não houve outro concurso, então, tudo isso acaba acarretando em um baixo efetivo. Chegamos numa conclusão, em Mucajaí por exemplo: procuramos sempre manter dois policiais civis na delegacia e dois policiais militares no Pelotão. Como eu sempre me dei muito bem com a Polícia Militar, a gente combinava em usar uma viatura para economizar combustível e mobilizava uma viatura com dois policiais civis e dois policiais militares para fazer ronda conjunta. O Senhor acha que algo desse tipo que haja uma intervenção, onde tenha uma estrutura toda de delegacia e uma estrutura toda de PMs? Pois é combustível em dobro, gasto em dobro pois **nós somos um Sistema de Segurança Integrado. Qual sua opinião em relação a isso?** Para que a gente possa fazer um estudo e avançar nessa discussão, para que futuramente haja essa integração verdadeira, onde só quem ganha é a sociedade e a economia vai ser visível para o Estado. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Nós entendemos que temos que trabalhar de forma integrada para a otimização desse resultado. Essa integração, todavia, passa necessariamente por uma mudança cultural dentro das próprias instituições. A boa vontade sempre existiu da nossa parte, eu me refiro à Polícia Militar trabalhando de forma integrada, no entanto, nem sempre ocorreu, eu não estou criticando a Instituição a qual o Senhor pertence, mas isso deveria ser trabalhado mais aprofundado. Nós já participamos de muitas operações em conjunto e sempre dá certo, mas esse aspecto de visão cultural que cada Instituição tem, precisa ser trabalhada para que efetivamente isso ocorra. O Senhor mencionou o município Mucajaí, nós temos hoje dezenove policiais para atender esse município, o número ainda é insuficiente, nós buscamos ampliar esse contingente, para que realmente consigamos fazer um trabalho a altura daquilo que a população precisa, mas trabalhar de forma integrada não representa nenhum problema para nós, Policiais Militares. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Esses dezenove policiais militares, é para todo o município ou só a sede? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Todos estão na sede. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- E o Apiaú **não tem policiamento?** Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Tem um contingente lá também. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Tem extra então, dezenove seria só para a sede? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Sim, só para a sede. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Que também é muito pouco pelo fato de Mucajaí ser um município muito complicado. Estou muito satisfeito com o que eu estou ouvindo, acho que devemos caminhar para essa integração verdadeira. A Polícia Militar é uma polícia irmã da Polícia Civil, uma irmã mais velha no sentido de que o concurso da Polícia Civil só ocorreu em dois mil e três, então vocês tem mais experiência, mais tempo no Estado. Quando a Polícia Civil surgiu aqui em Roraima como efetivo do concurso, havia uma mistura em virtude de não ter tipo o concurso ainda, entendiam que a Polícia Civil era subordinada a Secretaria de Segurança Pública, e que a Polícia Civil era um só, e durante muito tempo, foi assim até conseguirem desmembrar e entenderam que até o orçamento da Secretaria de Segurança Pública na época que passei no concurso, era da Polícia Civil, pois não tinha orçamento e usava o da Polícia Civil, até nisso era um absurdo. Nós precisamos fortalecer o Secretário de

Segurança Pública do Estado, respeitando lógico, a autonomia que a Polícia Militar tem no seu Comandante, a Polícia Civil do seu Delegado Geral, e do Comandante do Corpo de Bombeiros. Mas acho que com essa ação integrada, a sociedade ganha e eu queria contar com o Senhor para que nós pudéssemos avançar nesse sentido, porque nós iremos ouvir aqui a Delegada Geral, o Secretário de Segurança pública e iremos sugerir essa integração, porque havendo essa união, a sociedade ganha. Quero agradecer a sua presença, dizer ao Presidente em exercício que era isso que eu tinha para falar e quero ajudar da mesma forma, junto com o Coronel Chagas, aliás, todos os vinte e quatro Deputados estão dispostos a ajudar porque nós queremos ver realmente melhorias, nós precisamos de ações verdadeiras do Governo do Estado para que as coisas aconteçam. O Senhor identificou problemas, mas nem por isso deixou de agir, é isso que nós queremos e não ficar somente identificando problemas do passado sem apresentar nada que mude a realidade atual. Portanto, muito obrigado. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- O Senhor gostaria de fazer alguma consideração em relação a fala do Deputado Jorge? Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Gostaria de agradecer pelas palavras que o senhor proferiu em relação a minha pessoa. Tenho realmente buscado fazer aquilo que é minha obrigação como Comandante, fazer com que a nossa Instituição avance, cresça e que acima de tudo, cumpra com seu papel, o papel que foi estabelecido que é de trabalhar da melhor forma pela segurança do Estado no atendimento das demandas da sociedade. Agradeço também a boa vontade que o Senhor manifestou em relação a nos ajudar em vários aspectos, fico feliz em poder contar com isso na parte do Senhor em especial, porque como eu havia dito, nesses momentos de dificuldades, todas as ajudas serão sempre bem vindas e a Polícia Militar recebe de braços abertos aqueles que querem contribuir, porque nós muitas vezes brigamos para trabalhar, é sempre assim a Polícia Militar briga para trabalhar e muitas vezes, esquece de melhorias para eles mesmos. Isso faz parte da nossa cultura, tem sido assim desde as origens, eu fico muito feliz em poder contar com a boa vontade dos senhores nesse sentido, de ajudar o nosso trabalho, em aperfeiçoar o que nós temos, melhorar, avançar e modificar. Tudo que vier em benefício da sociedade, daquilo que ela espera em termo da Segurança Pública, tem que ser meta nossa. Então, assim tem sido, eu estou imbuído nesse propósito, aqueles que trabalham comigo, da mesma forma, oficiais do Estado Maior, Sub Comandante, pessoas que comungam da mesma forma, dos mesmos propósitos e a gente tem trabalhado firme nesse sentido. Encontramos algumas dificuldades, mas dificuldades existem para serem vencidas e esse tem sido o nosso trabalho. Questão de organizar a Instituição do ponto de vista da atividade meio e atividade fim, essa tem sido a nossa meta para que esse serviço que nós prestamos, seja um serviço de qualidade, o melhor que nós possamos fazer. Assim tem sido a nossa busca, dificuldades irão existir sempre, mas se nós tivermos boa vontade com insistência, persistência, consistência como costuma falar meu Sub Comandante, nós chegaremos no nosso objetivo. Quando existe a boa vontade, boa parte dos problemas, começam a ser resolvidos, os senhores podem contar conosco, pois há boa vontade e seriedade com o nosso trabalho, é uma característica nossa. Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Gostaria de devolver a condução dos trabalhos para o Presidente para ele fazer as considerações finais. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Senhor Comandante, se o Senhor quiser, poderá continuar a sua fala. Senhor Comandante Coronel **Santos Filho**- Então Senhor Presidente, agradeço muito a essa convocação, pois serviu para esclarecer alguns pontos aos senhores. Coronel Chagas como integrante da Instituição, hoje na reserva, mas é conhecedor, vivenciou os problemas que hoje este oficial está vivendo na condição de Comandante, enfrentando vários momentos de crise e o Deputado Sampaio que teve a oportunidade de está no serviço ativo também é conhecedor de algumas dificuldades que nós temos. Mas nós estamos buscando criar condições de trabalho para os Policiais Militares, resolvendo pendências de várias ordens principalmente administrativas, para que esse trabalho frutifique, que seja efetivo naquilo que se propõe. Então eu agradeço muito a Vossa Excelência aos demais Deputados, ao Deputado Chagas, ao Deputado Sampaio e ao Deputado Odilon, pela boa vontade em nos receber e ouvir aquilo que nós tínhamos a falar da nossa Instituição, meu muito obrigado. Senhor Presidente Deputado **Jorge Everton**- Comandante, mais uma vez eu agradeço a sua presença e espero que a governadora faça a convocação do restante, havendo a possibilidade legal e, que promova um novo concurso enquanto antes, para que nós possamos ter a nossa briosa Polícia Militar trabalhando de forma efetiva nas ruas, para que a sociedade tenha mais tranquilidade aqui no nosso Estado. **Encerramento**: O Senhor Presidente constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete e quinze horas. E, para constar, eu Maria Aparecida Barros de Oliveira, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Jorge Everton Barreto Guimarães**
 Presidente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
 DO ESTADO DE RORAIMA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO